Demonstrações Financeiras

Brasilagro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

30 de junho de 2013 com Relatório dos Auditores Independetes

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	
Demonstrações do resultado abrangente	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixas	
Demonstrações dos valores adicionados	
Notas explicativas das demonstrações financeiras	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Brasilagro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

São Paulo-SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasilagro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas ("Brasilagro ou Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado; respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilagro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Brasilagro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas em 30 de junho de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Avaliação de investimento

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS, seria pelo custo ou valor justo.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.2., as demonstrações do fluxo de caixa de 30 de junho de 2013 foram reclassificadas para correção de apresentações inadequadas, descrito na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob responsabilidade da administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Auditoria dos valores e reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2012

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2012, preparadas originalmente antes das reclassificações descritos na Nota Explicativa 2.2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 4 de setembro de 2012. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2013, examinamos também as reclassificações descritos na Nota Explicativa 2.2 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2012 tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de outubro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-015.199/O-6

Daniel G. Maranhão Jr.

Contador CRC 1SP-215.856/O-5

Balanços patrimoniais 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais)

			Controladora			Consolidado	
	Nota	2013	2012	2011	2013	2012	2011
			(reapresentado)	(reapresentado)		(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	28.756	23.562	113.323	75.694	67.464	135.615
Títulos e valores mobiliários	6	27.124	-	-	9.244	-	-
Clientes	8	85.852	43.756	17.667	131.102	60.655	25.971
Estoques	10	21.617	62.581	75.819	28.805	72.558	77.479
Ativos biológicos	11	1.201	3.208	1.324	1.201	4.111	1.335
Impostos a recuperar	9	4.614	6.529	2.875	7.655	9.331	4.307
Operações com derivativos	7	818	4.259	2.643	17.081	4.327	5.386
Transações com partes relacionadas	32	13.864	22.016	72	347		
Outros créditos		409	545	234	430	710	921
		184.255	166.456	213.957	271.559	219.156	251.014
Não circulante							
Ativos biológicos	11	36.656	31.931	40.334	36.656	31.931	40.334
Títulos e valores mobiliários restritos	12	1.860	21.872	20.063	17.988	23.197	21.262
Transações com partes relacionadas	32		-	7.206		-	7.118
Impostos a recuperar	9	25.453	22.398	24.018	25.736	22.803	25.784
Tributos diferidos	21	13.803	7.692	-	25.216	14.960	-
Operações com derivativos	7	1.714		-	1.714		_
Clientes	8	830	_	-	33.729	12.759	2.936
Propriedades para investimento	13	83.517	94.357	80.379	339.108	391.907	383.687
Outros créditos	.0	1.634	268	94	1.633	268	94
Investimentos	14	336.833	326.538	287.118	70	410	410
Imobilizado	16	14.265	14.510	11.702	14.851	15.630	12.765
Intangível	15	2.570	2.741	2.747	2.570	2.741	2.747
	-	519.135	522.307	473.661	499.271	516.606	497.137
	•						
Total do ativo	_	703.390	688.763	687.618	770.830	735.762	748.151

			Controladora			Consolidado	
_	Nota	2013	2012	2011	2013	2012	2011
·			(reapresentado)	(reapresentado)		(reapresentado)	(reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Fornecedores	18	6.625	3.884	2.331	7.777	4.151	2.435
Empréstimos e financiamentos	19	28.916	39.071	37.705	44.929	43.067	37.899
Obrigações trabalhistas		8.480	7.241	4.679	8.752	7.436	4.801
Tributos a pagar	20	666	1.701	341	2.306	3.102	959
Dividendos a pagar		1.963	2	2	1.963	2	2
Operações com derivativos	7	1.102	-	2.425	2.860	8.307	2.918
Contas a pagar por aquisições	17	17.646	16.588	15.768	43.650	40.858	57.521
Transação com partes relacionadas	32	11.467	10.625	8.993	183	-	-
Adiantamentos de clientes		1.747	4.112	3.221	2.124	4.490	5.909
	_	78.612	83.224	75.465	114.544	111.413	112.444
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	19	32,446	35.262	36.776	56.924	51.294	55.436
Tributos a pagar	20	-	-	-	5.812	2.695	1.402
Tributos diferidos	21	_	_	4.575	0.0.2	2.000	1.454
Operações com derivativos	7	632	10.209		1.140	10.209	
Provisão para demandas judiciais	30	4.715	1.087	_	4.802	1.183	480
Outras obrigações	00		13	480	623	-	12
oundo obligações	-	37.793	46.571	41.831	69.301	65.381	58.784
Total do passivo	-	116.405	129.795	117.296	183.845	176.794	171.228
Dateira ânia Ifavida	·						
Patrimônio líquido Atribuído aos acionistas controladores							
	00	584.224	504.004	504.004	584.224	504.004	504.004
Capital social	22	3.385	584.224	584.224		584.224	584.224
Reserva de capital			2.134	996	3.385 6.296	2.134	996
Reserva de lucros		6.296	(0.000)	-		(0.000)	-
Ajuste de avaliação patrimonial		(6.920)	(6.920)	(4.4.000)	(6.920)	(6.920)	- (4.4.000)
Prejuízos acumulados	_		(20.470)	(14.898)		(20.470)	(14.898)
Participação dos não controladores	_	-	-	-	-	-	6.601
Total do patrimônio líquido	-	586.985	558.968	570.322	586.985	558.968	576.923
Total do passivo e patrimônio líquido	-	703.390	688.763	687.618	770.830	735.762	748.151

Demonstrações do resultado Exercício findo em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Contro	oladora	Consc	lidado
	Nota	2013	2012	2013	2012
Receita líquida Ganho com venda de fazenda	24 8	165.515	132.836	185.647 54.815	146.218 12.987
Movimentaçãode valor justo de ativos biológicos Movimentação de provisão do valor recuperável de	11	3.360	(4.204)	2.289	(417)
produtos agrícolas após a colheita		1.714	(1.956)	1.659	(2.663)
Custo das vendas	25	(152.820)	(124.194)	(170.643)	(136.447)
Lucro bruto	-	17.769	2.482	73.767	19.678
Despesas com vendas	25	(7.938)	(3.190)	(14.028)	(4.015)
Despesas gerais e administrativas	25	(27.997)	(26.401)	(29.233)	(28.892)
Outras receitas (despesas) operacionais	44 -	(3.177)	538	(3.539)	10
Equivalência patrimonial	14.a	49.601	20.952	-	-
Lucro (prejuízo) operacional	=	28.258	(5.619)	26.967	(13.219)
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	27	30.663	25.561	38.000	38.073
Despesas financeiras	27	(35.757)	(37.781)	(38.591)	(44.299)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-	23.164	(17.839)	26.376	(19.445)
Imposto de renda e contribuição social	28	5.563	12.267	2.351	12.845
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	28.727	(5.572)	28.727	(6.600)
Atribuído aos					
Acionistas controladores				28.727	(5.572)
Acionistas não controladores				-	(1.028)
				28.727	(6.600)
Lucro (prejuízo) básico por ação - reais	29			0,49	(0,10)
Lucro (prejuízo) diluído por ação - reais	29			0,49	(0,10)
Lacro (projetzo) allalao por agao Toalo	20				(0,10)

Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Contro	ladora	Conso	lidado	
	2013	2012	2013	2012	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	28.727	(5.572)	28.727	(6.600)	
Resultado abrangente	28.727	(5.572)	28.727	(6.600)	
Atribuído aos Acionistas controladores	28.727	(5.572)	28.727	(5.572)	
Acionistas não controladores	-	-	-	(1.028)	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

				Atribuível aos	acionistas controla	idores		_			
				Reser	va de lucros			_			
	Nota	Capital social	Reserva de capital - outorga de opções de ações	Reserva legal	Reserva de investimento e expansão	Dividendos propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Controladora	Acionistas não controladores	Consolidado
Saldos em 30 de junho de 2011		584.224	996	-	-	-	-	(14.898)	570.322	6.601	576.923
Lucro (prejuízo) do exercício		-	-	-		-	-	(5.572)	(5.572)	(1.028)	(6.600)
Plano de remuneração em ações Aumento na participação dos não controladores resultante de mudança na	26	-	1.138	-		-	-	-	1.138	-	1.138
participação na Jaborandi Ltda.		-	-	-	-	-	(1.135)	-	(1.135)	1.135	-
Aumento de capital		-	-	-	-	-	· -	-	· -	7.438	7.438
Ágio sobre aquisição da Jaborandi S.A. e											
Jaborandi Ltda.	22.f	-	-	-	-	-	(5.785)	-	(5.785)	-	(5.785)
Compra de participação dos não											
controladores		-	-	-	-	-	=	-	-	(14.176)	(14.176)
Outros movimentos			-	-	-	-	-	-	-	30	30
Saldos em 30 de junho 2012		584.224	2.134		-	_	(6.920)	(20.470)	558.968	-	558.968
Lucro do exercício		-	-	_	-	-	-	28.727	28.727	-	28.727
Plano de remuneração em ações	26	-	1.251	-	-	-	-	-	1.251	-	1.251
Constituição de reserval legal	22.e	-	-	413	-	-	-	(413)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	22.e	-	-	-	-	-	-	(1.961)	(1.961)	-	(1.961)
Dividendos propostos	22.e	-	-	-	-	3.922	-	(3.922)	` -	-	-
Constituição de reserva para								•			
reinvestimento e expansão	22.e	-	-	-	1.961	-	-	(1.961)	-	-	-
Saldo em 30 de junho 2013		584.224	3.385	413	1.961	3.922	(6.920)	-	586.985	-	586.985

Demonstrações dos fluxos de caixas Exercício findo em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

		Contro	oladora	Consolidado		
	Notas	2013	2012	2013	2012	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	
Lucro (prejuízo) líquido do período		28.727	(5.572)	28.727	(6.600)	
Ajustes para conciliação do lucro (prejuízo) líquido						
Depreciação e amortização	25	24.559	24.871	27.997	27.398	
Ganho na venda de fazenda	13	-	-	(54.815)	(12.987)	
Outorga de opções de ações	26	1.251	1.138	1.251	1.138	
Valor residual do ativo imobilizado	16	1.564	100	2.061	101	
Equivalência patrimonial	14	(49.601)	(20.952)	-	-	
Ganho (perda) não realizado com derivativos	27	(10.559)	17.010	(11.659)	12.756	
Variação cambial e monetária e encargos financeiros não realizados	27	5.065	1.025	4.383	3.845	
Ajuste a valor presente de contas a receber pela venda de						
fazendas	27	_	-	(6.981)	(6.682)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	(6.110)	(12.267)	(10.258)	(14.686)	
Valor justo dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas e		(/	, ,	(,	(,	
exaustão de colheita	11	(3.360)	4.204	(2.289)	417	
Movimentação de provisão de valor recuperável de produtos		(1.714)	1.956	(1.659)	2.663	
agrícolas após a colheita		,		(,		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	490	952	490	952	
Provisão para demandas judiciais	30	3.628	742	3.619	951	
,		(6.060)	13.207	(19.133)	9.266	
Variação do capital circulante operacional					-	
Clientes		(42.863)	(26.871)	(48.751)	(24.967)	
Estoques		40.575	8.080	43.417	(662)	
Ativos biológicos		(10.164)	(5.632)	(10.334)	(2.737)	
Impostos a recuperar		(400)	(687)	(516)	(948)	
Operações com derivativos		8.515	(10.842)	(15.520)	3.901	
Despesas antecipadas		0.515		(13.320)		
·		(1.220)	(103)	(4.246)	(107)	
Outros créditos		(1.230)	544	(1.246)	982	
Fornecedores		303	3.774	3.718	2.069	
Partes relacionadas		26.286	-	-		
Tributos a pagar		(1.035)	1.360	2.321	1.709	
Obrigações trabalhistas		1.239	2.562	1.316	2.635	
Adiantamento de clientes		(2.365)		(2.366)		
Outras obrigações		(13)	769	622	(1.832)	
Caixa líquido gerados pelas (aplicados nas) atividades						
operacionais		12.788	(13.839)	(46.472)	(10.691)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Adições ao imobilizado e intangível	15 e 16	(3.249)	(4.061)	(3.383)	(4.338)	
Adições às propriedades para investimento	13	(16.001)	(22.821)	(24.957)	(29.806)	
Aplicação em resgate de títulos e valores mobiliários		(9.143)	-	(4.035)	-	
Resgate de títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	
Adições ao ativo biológico		-	-	-	-	
Dividendos recebidos	14	19.525	-	-	-	
Aumento de Investimentos e Participações	14	31.801	(34.841)	-	-	
Caixa recebido pela venda de fazenda				86.460	9.769	
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de						
investimentos		22.933	(61.723)	54.085	(24.375)	
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS						
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	(12.360)	7.469	-	-	
Aportes de capital dos acionistas minoritários de subsidiárias		-	-	-	7.438	
Pagamentos de financiamentos de fazendas		-	-	-	(18.648)	
Empréstimos e financiamentos captados		20.135	31.601	40.407	31.600	
Juros pagos de empréstimos e financiamentos		(3.097)	(3.163)	(3.097)	(3.179)	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(35.205)	(37.107)	(36.693)	(37.297)	
Compra de participação de acionistas não controladores da						
			(12.999)		(12.999)	
Jaborandi Ltda. e Jaborandi S.A. em maio de 2012						
Jaborandi Ltda. e Jaborandi S.A. em maio de 2012 Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de						
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos		(30.527)	(14.199)	617		
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		5.194	(89.761)	8.230	(68.151)	
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos	6				(68.151)	
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	6 6	5.194	(89.761)	8.230	(33.085) (68.151) 135.615 67.464	

Demonstrações dos valores adicionados Exercício findo em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Controladora		oladora	Consc	olidado
	Notas	2013	2012	2013	2012
Receitas Receita operacional bruta Ganho com venda de fazenda	24	172.491 -	139.261	194.038 54.815	154.540 12.987
Movimentação com ativos biológicos e produtos agrícolas Movimentação de provisão do valor recuperável		3.360	(4.204)	2.289	(417)
dos produtos agrícolas Outras receitas		1.714 577	(1.956) 537	1.659 206	(2.663) 10
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8 <u> </u>	(490) 177.652	(952) 132.686	(846) 252.161	(952) 163.505
Insumos adquiridos de terceiros		(400 550)	(400, 450)	(440.044)	(440.470)
Custo das vendas Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	_	(129.556) (19.181) (148.737)	(100.450) (10.763)	(143.941) (25.574) (169.515)	(110.176) (13.595)
Valor adicionado bruto	-	28.915	(111.213)	82.646	(123.771)
Depreciação e amortização	 25	(24.559)	(24.871)	(27.997)	(27.398)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	25 _	4.356	(3.398)	54.649	12.336
	_	4.336	(3.396)	34.049	12.330
Valor adicionado recebido em transferência Resultado de equivalência patrimonial	14 27	49.601	20.952	-	-
Receitas financeiras	21 <u> </u>	30.663 80.264	25.561 46.513	38.000 38.000	38.073 38.073
Valor adicionado total a distribuir	- -	84.620	43.115	92.649	50.409
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos Remuneração direta		14.106	12.661	14.185	12.710
Benefícios F.G.T.S.		1.565 269	1.253 233	1.575 274	1.255 236
Impostos, taxas e contribuições Federais		2.267	(6.084)	7.121	(4.986)
Estaduais Municipais		1.004 277	1.815 396	1.343 185	2.416 447
Financiadores Juros e variações monetárias e cambiais	27	35.757	37.781	38.591	44.299
Aluguéis Lucros líquido do exercício		648 28.727	632 (5.572)	648 28.727	632 (5.572)
Participação dos não controladores	_	84.620	43.115	92.649	(1.028) 50.409

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Brasilagro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas ("Companhia" ou "Brasilagro") foi constituída em 29 de setembro de 2005 e possui sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1309, em São Paulo e filiais nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais e Piauí.

Conforme o Estatuto Social, o objeto social consiste em: (a) Exploração da atividade agrícola, pecuária e florestal de qualquer espécie e natureza e prestação de serviços direta ou indiretamente relacionados, (b) Importação e exportação de produtos e insumos agrícolas e relacionados à atividade pecuária, (c) Compra, venda e/ou locação de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas, (d) Intermediação em operações de natureza imobiliária de quaisquer tipos, (e) Participação, como sócia, em outras sociedades, simples ou empresárias e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, relacionadas direta ou indiretamente aos objetivos aqui descritos, e (f) Administração de bens próprios e de terceiros.

A Companhia e suas controladas atuam em 9 (nove) fazendas em 6 (seis) estados do Brasil, com área total de 160.815 hectares, incluindo 22.058 hectares arrendados de terceiros. Tem como objetivo consolidar sua posição como uma das principais empresas atuantes no segmento de agronegócio no Brasil por meio de aquisição e venda das fazendas adquiridas após sua valorização por meio de uma estratégia de expansão da produção, otmização dos processos produtivos e, diversificação geográfica e produtiva.

As controladas integrais Cremaq Ltda. ("Cremaq"), Engenho de Maracajú Ltda. ("Engenho"), Imobiliária Jaborandi Ltda. ("Jaborandi"), Jaborandi Agrícola Ltda., Araucária Ltda. ("Araucária"), Mogno Ltda. ("Mogno"), Cajueiro Ltda. ("Cajueiro") e Flamboyant Ltda. ("Flamboyant"), possuem como objeto social a compra e venda de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas. Conforme autorizado nos seus respectivos estatutos e contratos sociais, enquanto não vendidos os bens imóveis de propriedade de tais empresas, poderão ser objeto de arrendamento a terceiros, mas apenas como estratégia para facilitar a valorização dos imóveis. Todas as subsidiárias assim como o Fundo FIM Guardian, fundo de investimento exclusivo da Companhia, são sediados e operam no Brasil.

Oportunidade de novos negócios estão sendo analisados, mas só serão anunciados, de acordo com as políticas de divulgação da Companhia, quando as avaliações técnicas e legais e os respectivos processos de duediligence forem concluídos. Até a presente data, a Companhia detém 7.699 hectares arrendados, e não é o proprietário legal de duas propriedades que representam 23.422 hectares, pois o registro de processo de posse para essas duas propriedades não foi finalizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais (continuação)

Em 23 de agosto de 2010, segundo o parecer n º LA-01, de 19 de agosto de 2010, emitido pela Procuradoria Geral da União (AGU) e aprovado pelo presidente do Brasil, aborda a compra e arrendamento de propriedades rurais por empresas brasileiras controladas por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras que detêm o controle do capital social de uma empresa que é proprietária de terras no Brasil. O parecer da Procuradoria-Geral prevê que empresas brasileiras controladas por não-brasileiros exigem autorização prévia para comprar propriedades agrícolas e estão sujeitas a restrições, incluindo o seguinte:

- (i) as propriedades agrícolas devem ser utilizados para, gado, atividades angariação industrial ou agrícola, e deverão ser previamente aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário ou pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- (ii) a área total das propriedades agrícolas nas mãos de estrangeiros não poderá exceder o maior valor entre (A) um quarto da área do município onde o imóvel está localizado, ou (B) a soma das áreas detidas por estrangeiros do mesmo nacionalidade não deve exceder 40% da área do município onde o imóvel está localizado; e
- (iii) a aquisição não deve ser superior a 100 (cem) módulos de exploração indefinida, que são as unidades de medida adotadas em diferentes regiões do Brasil, que variam de 5 a 100 hectares, dependendo da região.

Novas aquisições ou novos contratos de arrendamento de propriedades rurais por empresas controladas por não-brasileiros, dentro dos limites acima mencionados devem ser previamente aprovados pelo INCRA. O pedido de aprovação deve ser apresentado antes da Filial do Incra (Superintendência Regional) do Estado onde o imóvel está localizado Regional. Depois disso, o INCRA vai analisar o cumprimento dos requisitos acima mencionados e se a transação for aprovada pelo INCRA, emitirá um certificado de aprovação. A compra e arrendamento de propriedades agrícolas para além dos limites de áreas e percentuais acima mencionados necessitam de autorização prévia do Congresso Nacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais (continuação)

Em ambos os casos, não é possível determinar um prazo estimado para o processo de aprovação, uma vez que até a data das demonstrações financeiras, não há casos conhecidos de certificados tendo sido concedido. Além disso, não há julgamento até agora pelos tribunais brasileiros sobre a validade e a constitucionalidade do conteúdo do Parecer da Procuradoria Geral. Em 30 de junho de 2013, 78,57% das ações ordinárias da Companhia foram realizadas por estrangeiros.

Em 11 de dezembro de 2012, Controladoria-Geral da Justiça de São Paulo (Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo) emitiu o Parecer nº 461/2012-E, estabelecendo que as entidades que prestam serviços notariais e de registradores localizados no Estado de São Paulo estão isentos de observar certas restrições e exigências impostas pela Lei nº 5.709/71 e Decreto nº 74.965/74, sobre empresas brasileiras com a maioria do capital social composto por estrangeiros residentes fora do Brasil ou pessoas jurídicas constituídas no exterior. No entanto, em abril de 2013, o Tribunal de Apelações concedeu uma liminar suspendendo os efeitos do Parecer nº 461/2012-E, com base na ação movida pelo INCRA e o Governo Federal contra o parecer nº 461/2012-E.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

O Conselho de Administração da Companhia tem o poder de alterar as Informações anuais individuais e consolidadas da Companhia, após a sua emissão. Em 29 de outubro de 2013, a Diretoria, conselho fiscal, e conselho de administração da Companhia aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e autorizou sua divulgação.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contra prestações paga em trocas de ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia está adimplente em relação as cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas. Também exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuírem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Os dados não financeiros incluídos nessas Demonstrações Financeiras, tais como volume de vendas, área total plantada e arrendada, seguros e meio ambiente, não foram examinados pelos auditores independentes.

2.1. Base de preparação--Continuação

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacioanis de Relatório Financeiro (IFRS), pelo *InternationalAccounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) são idênticas como Consolidadas - IFRS e BRGAAP. Todas as referências a IFRS nessa demonstração financeira correspondem as IFRS emitidas pelo IASB.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora, indentificadas como "Controlada", foram elaboradas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio liquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Brasilagro, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas pelo registro de equivalência patrimonial de controladas na controladora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

c) Base de consolidação

As demonstrações fiannceiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladoras em 30 de junho de 2013 e 2012, apresentadas abaixo:

	Participação no capital Total - %			
	2013	2012		
Subsidiárias	•			
Aracuária	99,99	99,99		
Cremaq	99,99	99,99		
Engenho de Maracaju	99,99	99,99		
Imobiliária Jaborandi	99,99	99,99		
Jaborandi Ltda.	99,99	99,99		
Cajueiro	99,99	99,99		
Mogno	99,99	99,99		
Ceibo	99,99	99,99		
Flamboyant	99,99	99,99		
Fundo Exclusivo FIM Guardian	100.00	100.00		

As controladoras são integralmente consolidadas a partir da data que aquisição, sendo consolidadas até a data em que o controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas são eliminadas por completo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2.1 Reclassificação de saldos nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2012 e 2011

A Administração da Companhia, no processo de elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2013, revisou algumas de suas práticas contábeis referente a reclassificações sobre determinadas rubricas do balanço, das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, e estão resumidos nos quadros abaixo e refletem as reapresentações dos dados correspondentes ao exercício findo em 30 de junho de 2012:

			2012			2012	
			Controladora			Consolidado	
Ativo		Saldo originalmente apresentados	Reclassificações	Saldo reapresentados	Saldo originalmente apresentados	Reclassificações	Saldo reapresentados
Circulante		иргезептииоз	rtcolassilloaçocs	reapresentation	иргозопшиоз	rtcolassilloagocs	reapresentation
Clientes	(a)	43.828	(72)	43.756	60.655	_	60.655
Transações com partes	(α)	40.020	(12)	40.700	00.000		00.000
relacionadas	(a) (b)	_	22.016	22.016	_	_	_
Dividendos a receber	(b)	21.944	(21.944)	-	-	-	-
Despesas do exercício	(-)		(- /				
seguinte	(f)	298	(298)	-	450	(450)	-
Outros créditos	(f)	247	298	545	260	450	710
Outros ativos							
circulantes		100.139	-	100.139	157.791	-	157.791
		166.456	-	166.456	219.156	-	219.156
Não circulante							
Outros ativos não							
circulantes		505.056	-	505.056	498.235	-	498.235
Imobilizado	(c)	14.644	(134)	14.510	15.764	(134)	15.630
Intangível	(c)	2.607	134	2.741	2.607	134	2.741
		522.307	-	522.307	516.606	-	516.606
Total do ativo		688.763	-	688.763	735.762	-	735.762

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2.1 Reclassificação de saldos nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2012 e 2011--Continuação

			2012		2012				
			Controladora		Consolidado				
		Saldo originalmente		Saldo	Saldo originalmente		Saldo		
		apresentados	Reclassificações	reapresentados	apresentados	Reclassificações	reapresentados		
Passivo e patrimônio									
líquido									
_Circulante									
Fornecedores	(a)	14.509	(10.625)	3.884	4.151	.	4.151		
Tributos a pagar	(d)	1.701	-	1.701	2.476	626	3.102		
Transações com partes									
relacionadas	(a)	-	10.625	10.625	-	-	-		
Outros passivos									
circulantes		67.014	-	67.014	104.160		104.160		
		83.224	-	83.224	110.787	626	111.413		
Não circulante									
Tributos a pagar	(d)	-	-	-	-	2.695	2.695		
Imposto de renda	, n				0.004	(0.004)			
diferido	(d)	-	-	-	3.321	(3.321)	-		
Provisão para	(6)		4 00=	4 00=		4 400	4.400		
demandas judiciais	(f)	-	1.087	1.087	-	1.183	1.183		
Outras obrigações	(f)	1.100	(1.087)	13	1.183	(1.183)	-		
Outros passivos não		45 474		45 474	C4 F02		04.500		
circulantes		45.471	-	45.471	61.503	-	61.503		
Total do passivo		129.795	-	129.795	176.794	•	176.794		
Total do patrimônio									
líquido		558.968	-	558.968	558.968	-	558.968		
Total do passivo e									
patrimônio líquido		688.763	-	688.763	735.762	-	735.762		

Saldo apresentados 25.971
apresentados
25 971
25 971
20.0. 1
-
-
921
224.122
251.014
-
12.765
2.747
481.625
748.151

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2.1 Reclassificação de saldos nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2012 e 2011--Continuação

			2011		2011 Consolidado			
			Controladora					
		Saldo originalmente apresentados	Reclassificações	Saldo reapresentados	Saldo originalmente apresentados	Reclassificações	Saldo reapresentados	
Passivo e patrimônio líquido		•		•	•	•	•	
Circulante								
Fornecedores	(a)	11.324	(8.993)	2.331	2.435	-	2.435	
Tributos a pagar Transações com		341	-	341	767	192	959	
partes relacionadas Outros passivos	(a)	-	8.993	8.993	-	-	-	
circulantes		63.800	-	63.800	109.050	-	109.050	
		75.465	-	75.465	112.252	192	112.444	
Não circulante								
Tributos a pagar Imposto de renda	(d)	-	-	-	-	1.402	1.402	
diferido Provisão para	(d)	4.575	-	4.575	6.168	(4.714)	1.454	
demandas judiciais	(f)	-	480	480	-	480	480	
Outras obrigações Outros passivos não	(f)	480	(480)	-	492	(480)	12	
circulantes		36.776	-	36.776	55.436	-	55.436	
		41.831	-	41.831	62.096	(3.312)	58.784	
Total do passivo		117.296	-	117.296	174.348	(3.120)	171.228	
Total do patrimônio líquido		570.322	-	570.322	576.923	-	576.923	
Total do passivo e patrimônio líquido		687.618	-	687.618	751.271	(3.120)	748.151	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2.2 Reclassificação de saldos nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2013 e 2012

Notas apro	Saldo ginalmente esentados ¹ 28.727	Reclassificações	Saldo reapresentados	Saldo originalmente apresentados	Darles Marie	Saldo
Notas apro	esentados 1	Reclassificações		•	D	
		Reclassificações	reapresentados	apresentados	D1#1#	
	28.727				Reclassificações	reapresentados
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	28.727					
Lucro (prejuízo) líquido do período			28.727	28.727		28.727
Ajustes para conciliação do lucro (prejuízo) líquido						
Ganho com venda de fazenda (h)	-	-	-	-	(54.815)	(54.815)
Valor residual na venda de fazenda (h)	-	-	-	64.832	(64.832)	-
Outros	(34.787)		(34.787)	6.955		6.955
	(6.060)		(6.060)	100.514	(119.647)	(19.133)
Variação do capital circulante operacional						
Clientes (h)	-	-	-	(81.938)	33.187	(48.751)
Ativos biológicos (g)	(14.689)	4.525	(10.164)	(14.859)	4.525	(10.334)
Outros	29.012		29.012	31.746		31.746
Caixa líquido gerados pelas (aplicados nas) atividades						
operacionais	8.263	4.525	12.788	35.463	(81.935)	(46.472)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Adições ao ativo biológico (g)	4.525	(4.525)	-	4.525	(4.525)	-
Caixa recebido pela venda de fazenda (h)	-				86.460	86.460
Outros	22.933	-	22.933	(32.375)	-	(32.375)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de						
investimentos	27.458	(4.525)	22.933	(27.850)	81.935	54.085
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS						
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de						
financiamentos	(30.527)	-	(30.527)	617	-	617
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	5.194		5.194	8.230		8.230
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	23.562		23.562	67.464		67.464
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	28.756		28.756	75.694		75.694
·	5.194		5.194	8.230		8.230

(1) Saldo originalmente apresentado conforme demonstrações financeiras divulgadas em 02 de setembro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2.2 Reclassificação de saldos nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2013 e 2012--Continuação

		2012			2012			
			Controladora			Consolidado		
	•	Saldo originalmente apresentados	Reclassificações	Saldo reapresentados	Saldo originalmente apresentados	Reclassificações	Saldo reapresentados	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES								
OPERACIONAIS								
Lucro (prejuízo) líquido do período		(5.572)		(5.572)	(6.600)		(6.600)	
Ajustes para conciliação do lucro								
(prejuízo) líquido								
Variação cambial e monetária e	(f)	(1.270)	2.295	1.025	131	3.714	3.845	
encargos financeiros	(1)							
Juros e encargos financeiros	(f)	2.295	(2.295)	-	3.714	(3.714)	-	
Outros		17.754		17.754	12.021		12.021	
		13.207	-	13.207	9.266	-	9.266	
Variação do capital circulante								
operacional								
Estoques	(e)	-	8.080	8.080	-	(662)	(662)	
Ativos biológicos	(e)	2.448	(8.080)	(5.632)	(3.399)	662	(2.737)	
Outros		(29.494)		(29.494)	(16.558)		(16.558)	
Caixa líquido gerados pelas								
(aplicados nas) atividades								
operacionais		(13.839)	-	(13.839)	(10.691)	-	(10.691)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES								
DE INVESTIMENTOS								
Outros		(61.723)		(61.723)	(24.375)		(24.375)	
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos		(61.723)	-	(61.723)	(24.375)	-	(24.375)	
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES		,					, ,	
DE FINANCIAM ENTOS Outros		(14.199)		(14.199)	(33.085)		(33.085)	
Caixa líquido gerado (aplicado)		,,		,/	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		,/	
pelas atividades de financiamentos								
		(14.199)	-	(14.199)	(33.085)	-	(33.085)	
Aumento (redução) do caixa e								
equivalentes de caixa		(89.761)	-	(89.761)	(68.151)	-	(68.151)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		113.323		113.323	135.615		135.615	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		23.562		23.562	67.464		67.464	
40 po. 1040		(89.761)	-	(89.761)	(68.151)	-	(68.151)	
			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		

a) A Companhia revisou sua prática contábil para classificação de intercompany e classificou os valores que estavam em clientes e fornecedores para partes relacionadas;

b) Reclassificação do valor de partes relacionadas que estavam classificados como dividendos a receber;

c) Valor referente ativo intangível que estava classificado como ativo imobilizado;

d) Reclassificação de imposto de renda calculado sobre diferenças temporais de controladas optantes pelo regime presumido;

e) Abertura dos valores em estoques e ativos biológicos;

f) Reclassificação para melhor adequação das demonstrações financeiras;

g) Reclassificação do valor de adições em ativos biológicos para variação de ativo biológico; e

n) Reapresentação do fluxo de caixa sobre venda de fazendas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Reclassificação de saldos nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2012--Continuação

No exercício findo em 30 de junho de 2012, o quadro de classificação de instrumentos financeiros por categoria, apresentava originalmente as rubricas de fornecedores e aquisições a pagar, nos montantes de R\$4.151 e R\$40.858, respectivamente, como passivos financeiros ao custo amortizado, sendo reclassificadas para empréstimos e recebíveis.

Em 30 de junho de 2012, no quadro de movimentação dos investimentos, foram reclassificados o montante de R\$330 referente "Adiantamento para futuro aumento de capital" da Imobiliária Ceibo para a Imobiliária Flamboyant.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstraçõesfinanceiras de cada uma das controladasda Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual esses controladas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras e consolidadas estão apresentadas em R\$(Reais), que além de ser a moeda funcional da Controladora e Controladasé, também, a sua moeda de apresentação.

b) <u>Transações e saldos</u>

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final doexercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, com vencimentos de até 90 dias da date de sua contratação e operações compromissadas de curto prazo de alta liquidez,para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato junto ao emissor do instrumento.

Os equivalentes de caixa são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

São apresentadas como "Caixa e equivalentes de caixa" no consolidado, além do saldo de caixas, bancose aplicações (certificados de depósito e operações compromissadas) que possuem as mesmas características de liquidez e com resgatáveis no prazo máximo de 90 dias a partir da data da contratação, o investimento em cotas do fundo exclusivo FIM Guardian que detém investimentos em títulos (CDBs e compromissadas) remunerados a CDI, resgatáveis em 90 dias. O fundo FIM Guardian é consolidado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia, não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço.

Os investimentos de renda fixa têm como objetivo a manutenção do valor das disponibilidades detidos pela Companhia e ainda não alocados na atividade rural, sendo os mesmos guiados por uma política aprovada pelo Conselho de Administração.

De acordo com a política de investimento da Companhia (Nota 6), as aplicações (certificados de depósitos e operações compromissadas) podem ter prazos de vencimento superior a 90 dias da data e contratação, e podem ter garantia de recompra fornecida contratualmente pela instituição financeira emissora do título, permitindo o resgate dos títulos ao valor investido originalmente mais o juros decorridos sem qualquer penalidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários--Continuação

Os títulos e valores mobiliários incluem certificados de depósitos bancários, títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados e cauções, cujos valores de mercado são próximos aos valores contábeis (Nota 6.2). Adicionalmente, existem títulos e valores mobiliários dados em garantia de empréstimos e financiamentos registrados no ativo circulante e não circulante com base nos vencimentos dos empréstimos e financiamentos a que se referem.

As demonstrações do fluxo de caixa, no que se referem às atividades de financiamentos e investimentos, incluem apenas as transações efetivas de caixa e equivalentes de caixa. Assim sendo, as compras financiadas e vendas de ativos estão incluídas nas Notas 16 e 19.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

Nos exercícios apresentados, a Companhia mantém exclusivamente ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, ativos disponível para venda, ativos mensurados a valor justo por meio do resultado e investimento em instrumento patrimonial não cotado ao custo.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é composto por ativos financeiros designados pela Companhia como ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedgepara fins contábeis. Nos exercícios apresentados os únicos ativos mantidos para negociação foram os instrumentos derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativos financeiros--Continuação

2.6.1. Classificação--Continuação

 a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado-Continuação

A Companhia designa certos ativos financeiros no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado. Esta designação não pode ser alterada posteriormente. Estes ativos são limitados aos recebíveis pela venda de fazendas, que consistem em instrumentos de dívidas reconhecidos no balanço consolidado dentro de "Clientes". Variações de valor justo relativos aos créditos com a venda de fazendas designados ao valor justo através de resultados são reconhecidos em "Ganho na remensuração do contas a receber pela venda de fazendas" dentro de "Receitas financeiras".

b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber de clientes, demais contas a receber, e títulos e valores mobiliários são recebíveis de longo prazo correspondentes a depósitos a prazo em bancos dados em garantia dos empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A amortização do método de juros efetivo é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estejam registrados por valor acima de seu valor recuperável *impairment*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativos financeiros--Continuação

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou investimentos em instrumentos patrimoniais não cotados, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação para todos os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio dos resultados. Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, ativos financeiros mensurados ao valor justo pelo resultado, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos a partes relacionadas e investimentos em instrumentos patrimoniais não cotados.

2.6.3. Impairment de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativos financeiros--Continuação

2.6.3. Impairment de ativos financeiros--Continuação

a) Ativos mensurados ao custo amortizado--Continuação

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de "*impairment*".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativos financeiros--Continuação

2.6.3. Impairment de ativos financeiros--Continuação

a) Ativos mensurados ao custo amortizado--Continuação

O montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor de perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por "impairment" é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o "impairment" com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

b) Investimentos em instrumentos patrimoniais não cotados

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está em situação de "impairment". No caso de investimentos patrimoniais classificados como investimento em instrumentos patrimoniais não cotados, uma baixa significativa ou prolongada do valor justo abaixo do custo constitui evidência de que tais ativos estão em situação de "impairment". Se tal evidência existir para investimentos em instrumentos patrimoniais não cotados, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, deduzida de qualquer perda por "impairment" no ativo anteriormente reconhecido com base em resultado, é reconhecida na demonstração do resultado. Perdas por "impairment" reconhecidas na demonstração do resultado de instrumentos patrimoniais não são posteriormente revertidas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termos de moeda e contratos a termos de *commodities* para proteção contra risco de variação das taxas de câmbio e dos preços de *commodities*, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da celebração e são posteriormente remensurados pelo seu valor justo. O método de reconhecimento do ganho ou perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como instrumento de hedge. A Companhia não adota a prática contábil de *hedge accouting*.

Quaisquer ganhos e perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultado. O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 7.

2.8. Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e fazendas no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber não relacionadas à venda de fazendas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Devedores Duvidosos. Na prática são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Clientes--Continuação

Contas a receber de clientes relacionados à venda de fazendas, para as quais, o valor a receber é contratualmente determinado em reais, equivalente a uma quantidade de sacas de sojasão designadas a valor justo pelo resultado no reconhecimento inicial, nesses casos o valor das contas a receber é posteriormente remensurado em cada data de balanço, aplicando a quantidade de sacas de soja à cotação da soja para entrega futura na data de vencimento de cada parcela (ou com base em estimativas e cotações de corretores quando não há cotação da soja para entrega futura em uma data específica de vencimento) e multiplicando o valor resultante em dólares pela taxa de câmbio de USD para R\$ para entrega futura também na mesma data de vencimento (considerando-se que as cotações futuras de soja são denominadas em dólares) e o montante em reais resultante é descontado ao valor presente.O ganho (perda) na remensuração dos recebíveis é reconhecido no resultado financeiro em "Ganho na remensuração de contas a receber de clientes pela venda de fazendas" (Nota 27).

2.9. Estoques

Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são menusarados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidos do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, almoxarifado e materiais diversos foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

Conforme práticas adotadas pela Administração, quando da identificação de perda de qualidade dos produtos que comprometam sua venda (sejam estas perdas motivadas por armazenamento, carregamento, transporte e outros eventos relacionados a operação) é feita uma apuração e segregação física da quantidade deste produtos. Neste momento é inciado um processo interno de registro, aprovação, baixa do estoque e destinação desta quantidade por meio de aprovações dos gestores responsáveis devidamente formalizados no sistema de gestão da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Estoques--Continuação

A provisão para ajuste de estoque ao valor líquido de realização, dos produtos agrícolas, é constituída quando o valor justo registrado no estoque for superior ao valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-los. O ajuste ao valor realizável é reconhecido na demonstração do resultado do exercícioa que se refere, na rubrica movimentação de provisão do valor recuperável de produtos agrícolas após a colheita".

2.10. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas correspondem, substancialmente, às culturas de soja, milho, sorgo, algodão e cana-de-açúcar e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda. Essas lavouras são cultivadas não somente para obtenção do resultado operacional não imobiliário, mas, também, como vetor de apreciação do valor imobiliário das propriedades rurais.

As lavouras de soja, milho, sorgo e algodão são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período de tempo que varia de 110 a 180 dias após a data do plantio, dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas.

As lavouras de cana-de-açúcar possuem ciclo produtivo médio de cinco anos, motivo pelo qual são classificadas como ativo biológico de longo prazo.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e em cada data de balanço. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com o plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, sendo registrado no resultado do exercício na rubrica "Movimentaçãode valor justo de ativos biológicos". Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproximam do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando apenas uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material. Os ativos biológicos continuam registrados pelo seu valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Ativos biológicos--Continuação

Metodologia utilizada

Plantações de cana - a metodologia de cálculo utilizada para estimar o valor do ativo biológico "cana" foi o fluxo de caixa descontadoà uma taxa compatível com o risco e o prazo das operações. Para tanto projetamos os fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado para cada corte, levando-se em consideração a vida útil estimada de cada área, os preços do Açúcar Total Recuperável (ATR), as produtividades estimadas e os correspondentes custos estimados de produção, inclusive o custo da terra e os custos relacionados à colheita, carregamento e transporte para cada hectare plantado.

Plantações de soja, milho, sorgo, arroz, milheto e algodão - a metodologia de cálculo utilizada para estimar o valor do ativo biológico dos grãos/algodão foi o fluxo de caixadescontadoà uma taxa compatível com o risco e o prazo das operações. Para tanto, projetamos os fluxos de caixa futuros levando-se em consideração a produtividade estimada, os custos a serem realizados com base no orçamento da Companhia ou com base em novas estimativas internas e os preços de mercado. Esses preços, para as *commodities* que apresentam mercados futuros, foram obtidos a partir das cotações das seguintes bolsas de negociação: Chicago Boardof Trade (CBOT), Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), New York Boardof Trade (NYBOT). Para os produtos agrícolas que não apresentam esse tipo de mercado, utilizamos os preços obtidos por meio de pesquisas diretas de mercado ou divulgados por empresas especializadas, a partir dos preços de mercado realizamos os descontos logísticos e tributários correspondentes a fim de encontrar os preços de cada um desses produtos em cada unidade de produção da Companhia.

Conforme citamos acima, o valor justo dos ativos biológicos apresentados no balanço patrimonial foram determinados utilizando técnicas de avaliação - método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, sempre que possível, e quando isso não for viável, determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, preço, produtividade e custo de produção. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos ativos biológicos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Propriedades para investimento

A estratégia de negócios da Companhia tem como pilar fundamental aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais com aptidão agropecuária. A Companhia adquire propriedades rurais que acredita ter significativo potencial de geração de valor por meio da manutenção do ativo e do desenvolvimento de atividades de agronegócios rentáveis. A partir da aquisição das propriedades rurais, a Companhia, busca implementar culturas de maior valor agregado e transformar essas propriedades rurais com investimentos em infraestrutura e tecnologia, além de celebrarcontratos de arrendamentos com terceiros. De acordo com a estratégia, quando julga que as propriedades rurais atingiram umvalor ótimo, vende tais propriedades rurais para realizar ganhos de capital.

As terras de imóveis rurais compradas pela Companhia são demonstradas ao custo de aquisição, que não supera seu valor líquido de realização, e estão sendo apresentadas no ativo não circulante. O valor justo de cada propriedade está demonstrado na Nota 13.

Edifícios e Benfeitorias em Propriedades para investimento são avaliadas pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada de acordo com os mesmos critérios descritos para o ativo imobilizado na Nota 2.12.

2.12. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros custos de reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Imobilizado--Continuação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. A Companhia revisou a vida útil e o valor residual dos bens do ativo imobilizado, que foram registrados de forma prospectiva em 1º de julho de 2012, cujas taxas anuais de depreciação estão descritas a seguir:

	Taxa anual de depreciação - %		
	2013	2012	
Edifícios e benfeitorias	4-20	4-20	
Equipamentos e instalações	10	10-20	
Veículos e máquinas agrícolas	13-20	10-25	
Móveis e utensílios	10	10	
Aberturas de área	10-20	10-20	

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do preço de vendacom o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do resultado.

2.13. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são compostos por licença de software, adquiridas. São capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, de cinco anos para desenvolvimento de sitemas e dez anos para programas.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas na obtenção de linhas de crédito são reconhecidas como custos da transação na medida em que seja provável que uma parte ou toda a linha seja utilizada. Nesse caso, as taxas são diferidas até que o desembolsoocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de desembolsode parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 1 ano ou mais,após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Os passivos contingentes decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais, contratuais, operacionais e de pleitos administrativos e judiciais, são provisionados pelo seu valor estimado quando a probabilidade de perda é considerada provável.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT), que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real anual, exceto para a atividade rural que é de até 100% do lucro real anual. Não há prazo de prescrição para o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, respectivamente, sobre o qual se aplica as alíquotas nominais do respectivo imposto e contribuição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

b) Imposto de renda e contruição social diferidos

O imposto de renda diferido é reconhecido pelo efeito futuro estimado das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. É reconhecido um passivo de imposto de renda diferido para todas as diferenças tributárias temporárias, enquanto que o imposto de renda diferido ativo é reconhecido apenas na extensão em que seja provável que exista lucro tributável contra o qual a diferença temporária possa ser utilizada. Os ativos e passivos tributários diferidos são classificados como de longo prazo. O imposto de renda relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no exercícioem curso ou em exercícioanterior são reconhecidos diretamente na mesma conta.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses créditos diferidos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social (Notas 21 e 28).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Benefícios a empregados

a) Remuneração com base em ações

A Companhia possui plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhiarecebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opcões, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no servico e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opcões cuios direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o exercíciono qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhiarevisa suas estimativas da quantidade de opcões cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

b) Participação nos lucros

A Companhia oferece aos funcionários um programa de participação nos resultados, nos termos do qual todos os funcionários têm o direito de receber bônus anuais com base nos resultados financeiros e operacionais consolidados da Companhia, e também sobre os objetivos pessoais definidos para cada funcionário individualmente.

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

2.20. Transações e participações de não controladores

Participações de não controladores são apresentadas como um componente de patrimônio no Balanço Patrimonial e a porção do lucro atribuível à participação dos não controladores é demonstrada como um componente de lucro ou perda do exercício na demonstração de resultados consolidada em 30 de junho de 2012, e em 30 de junho de 2013 não havia participações de acionistas não controladores.

Nas aquisições de participações de não controladores, e a diferença entre o montante pago pela participação adquirida do valor contábil proporcional dos ativos líquidos da subsidiária é registrada no patrimônio líquido. Ganhos ou perdas na alienação de participações dos não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle ou influência significativa, qualquer participação retida na entidade é reavaliada ao seu valor justo, com a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para fins da posterior contabilização da participação retida como uma coligada, joint venture ou ativo financeiro. Além disso, qualquer quantia anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes em relação a tal entidade é contabilizada como se a Companhia tivesse alienado os ativos ou passivos relacionados. Por tanto, os valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes sãoreclassificados para os resultados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia, ou ainda arrendamentos. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre subsidiarias da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as características de cada venda.

a) Venda de produtos

A receita por venda de grãos e por venda de cana-de-açúcar é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador, geralmente quando os produtos são entregues ao comprador no local determinado, conforme os termos de venda acordados.

No caso dos grãos, a Companhia geralmente realiza contratos de venda para entrega futura que determinam que o preço pode ser fixado pela Companhia, para o volume total ou parcial vendido, até o momento da entrega, de acordo com fórmulas estabelecidas contratualmente. Em certos casos, a fórmula estabelecida contratualmente determina um preco fixado em dólares estadunidenses. O valor em reais é determinado, também contratualmente, com base na taxa de câmbio vigente alguns dias antes da data de liquidação financeira. O preço também pode ser ajustado por outros fatores tais como umidade e outras características técnicas dos grãos. Quando os grãos são entregues, a receita é reconhecida com base no preco fixado com cada comprador considerando a taxa de câmbio em vigor na data da entrega. Após a entrega dos grãos ao destinatário, avalia-se a qualidade e o peso final, determinando assim o preço final da operação, e ajustando-se os valores contratuais por tais fatores assim como pela variação na taxa de câmbio até a data da liquidação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Reconhecimento da receita--Continuação

b) Receita com venda de fazendas

Vendas de fazendas não são reconhecidas no resultado até que (i) A venda seja concluída, (ii) A Companhia determine que o pagamento por parte do comprador seja provável, (iii) O valor da receita possa ser mensurado de forma confiável, e (iv) A Companhia tenha transferido ao comprador os riscos de posse, e não detenha mais qualquer envolvimento. O valor do resultado com venda da fazenda é apresentado na demonstração do resultado como "Ganho com venda de fazenda" pela diferença entre o valor da contraprestação pela venda e o valor contábil da fazenda vendida.

c) Receita de arrendamentos operacionais

As receitas de arrendamentos operacionais de terras são reconhecidas linearmente no prazo do arrendamento. Quando o preço de arrendamento está definido em quantidade de produtos agrícolas ou gado, o valor do arrendamento é reconhecido considerando a cotação do produto agrícola ou pecuário vigente na data de fechamento do balanço ou na data estabelecida contratualmente, conforme o caso. Os valores recebidos antecipadamente a título de arrendamento, quando aplicável, são reconhecidos no passivo circulante na rubrica "Outras obrigações".

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

2.22. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de contratos de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, ganhos e perdas pela mensuração ao valor justo de derivativos e contas a receber pela venda de fazendas, assim como descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.23. Arrendamentos

A Companhia somente tem efetuado arrendamentos de fazendas os quais foram classificados como operacionais na medida em que uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador. As despesas com arrendamento são inicialmente contabilizadas como parte dos ativos biológicos e contabilizadas como custo de venda dos produtos agrícolas no momento da venda. Os pagamentos de arrendamento que tem seu valor baseado na cotação futura da soja e por tanto não tem um valor fixo masseu valor depende da cotação da soja numa data futura são considerados pagamentos contingentes.

2.24. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo origatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral, conforme proposta apresentada pelo Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.25. Ajuste a valor presente - de ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente.

Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores estimativas, quanto ao valor do dinheiro no tempo.

A taxa utilizada de desconto varia de acordo com as características do ativo ou passivo em questão. Ou seja, ela dependerá do risco, prazo, especificidade do referido item. Tem como fundamento e premissa a taxa média dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Companhia, líquidas do efeito inflacionário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.26. Lucro/(prejuízo) por ação básico e diluído

O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (prejuízo) disponível (alocado) aos acionistas ordinários pelo número médio ponderado de ações ordinárias em aberto durante o exercício.

O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e bônus de subscrição tivessem sido emitidas durante os respectivos exercícios, utilizando o preço médio ponderado das ações.

2.27. Demonstração do resultado abrangente

Para atender às disposições societárias (CPC 26 (R1)), a Companhia apresentou a demonstração do resultado abrangente em suas demonstrações financeiras. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, além do resultado do exercício.

2.28. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010 que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado são preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo CPC.

Certos acordos de dívida exigem que a Companhia mantenha títulos e valores mobiliários como garantia para os saldos em aberto. Tais aplicações são vinculadas enquanto mantidas em garantia. A Companhia contabiliza as compras e as vendas de tais aplicações como atividades de investimentos na demonstração de fluxos de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiamse em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Valor residual e vida útil do ativo imobilizado

Os valores e a vida útil dos ativos, conforme descrito na Nota 16, são avaliados por especialista e ajustados se necessário ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

b) Demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 30. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente, resultante de evento passado e provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, com estimativa confiável de valor). A avaliação da probabilidade de perda inclui a opinião dos consultores jurídicos externos. A administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras (Nota 30).

c) Bônus de subscrição

Como descrito na Nota 22(a) a Companhia emitiu bônus de subscrição aos seus acionistas fundadores em março de 2006, antes da sua oferta pública inicial. No prospecto da oferta pública inicial, a Companhia divulgou que a emissão dos bônus de subscrição aos seus acionistas fundadores foi em reconhecimento aos trabalhos pela fundação da Companhia, pelo espírito empreendedor, por ter preparado a Companhia para a oferta pública inicial e por ter elaborado o plano de negócios, assegurando o comprometimento deles com o desenvolvimento da Companhia. A atribuição dos bônus de subscrição aos acionistas fundadores foi realizada de modo gratuito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

c) Bônus de subscrição--Continuação

A Companhia concluiu que os bônus de subscrição devem ser contabilizados no âmbito do IFRS 2, como instrumento de participação acionária emitido em troca de prestação de serviços realizados por outros que não são funcionários. Considerando que todos os bônus de subscrição da primeira emissão já podiam ser exercidos antes da data de transição para IFRS (1º de julho de 2009) e que a Companhia não tinha divulgado o valor justo de tais bônus de subscrição na data de mensuração as normas de transição na aplicação inicial de IFRS resultam que as normas de reconhecimento e mensuração do IFRS não foram aplicadas para tais bônus de subscrição e foi mantida a contabilização pelas normas contábeis anteriores a implementação de IFRS. Na medida em que conforme as normas contábeis anteriores os bônus de subscrição não eram contabilizados por tanto também não são contabilizados nestas demonstrações financeiras.

Determinar se os bônus de subscrição estão no âmbito do IFRS 2 ou não, requer um julgamento para avaliar os requerimentos previstos no escopo dessa normativa contábil.

d) Ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos apresentados no balanço patrimonial (Nota 11) foi determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, sempre que possível, e quando isso não for viável, determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados como, por exemplo, preço, produtividade, custo de plantio e custo de produção. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo reconhecidos para ativos biológicos.

Um aumento ou redução de 1% na produtividade esperada da cana de açúcar e dos grãos resultaria num aumento ou redução no valor do ativo biológico de R\$612 e um aumento ou redução de 1% no preço da cana e dos grãos resultaria num aumentou ou redução no valor do ativo biológico de R\$830.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

e) Propriedades para investimentos

O valor justo para propriedades para investimento divulgados em notas explicativas das informações financeiras foi obtido por meio do laudo de avaliação das fazendas elaborado por especialistainterno.

Aavaliação foi efetuada por meio de normas praticadas pelo mercado considerando a caracterização, localização, tipo de solo, clima da região, cálculo das benfeitorias, apresentação dos elementos e cálculo de valores de terrenos, que podem sofrer variações relacionadas a essas variáveis.

Metodologia utilizada

A avaliação ao valor justo em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2012 foi feita por profissionais experientes que são funcionários da Companhia não tendo sido obtidas avaliações feitas por terceiros independentes nessa data base.

Para estimar o valor de mercado das fazendas da Companhia levou em consideração para cada uma das propriedades: (i) o seu nível de desenvolvimento, (ii) a qualidade do solo e sua maturidade e (iii) a aptidão e potencial agrícola.

O primeiro passo da avaliação, dessa forma, foi realizar uma análise detalhada de cada fazenda alocando cada hectare em diferentes categorias levando em consideração os três itens acima mencionados. Como uma segunda etapa, fizemos uma avaliação de valor de mercado para cada uma dessas categorias em sacas de soja. Essa avaliação teve como referência ofertas recebidas de fazendas e também preços indicativos divulgados em relatórios especializados de grande circulação. Esta metodologia resultou em valor de cada fazenda em sacas de soja (índice).

Os valores estimados de cada uma das fazendas nos termos do índice (sacas de soja) são valores de referência para uma venda a prazo. Por essa razão, como etapa final, foram estimados os preços da soja atuais e futuros para cada uma das fazendas e realizado o ajuste a valor presente de forma a mensurar o valor das propriedades para uma venda não financiada. O valor final de cada fazenda foi definido, portanto, pela multiplicação do valor da fazenda em sacas de soja pelo valor presente do preço da soja.

O valor justo determinado divulgado corresponde apenas à terra nua para uma venda não financiada não incluindo edifícios e melhorias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

f) Imposto de renda diferido

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos, conforme descrito na nota 21, com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

4. Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações aplicáveis para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013

Normas, interpretações e alterações de normas IFRS existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia, porém o exercício social da Companhia é 30 de junho de 2013, desta forma os pronunciamentos a seguir são aplicáveis a partir de 1º de julho de 2013.

Norma	Principais exigências				
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas	A IFRS 10, estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas				
IFRS 11 Acordos em conjunto	A IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar em entidades controladas em conjunto, através da equivalência patrimonial. O IFRS 13 substitui o IAS 31 Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas. A aplicação antecipada é permitida. Os principais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 11 será o fim da consolidação proporcional, fato que não afetará as informações consolidadas da Companhia				

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações aplicáveis para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013-Continuação

Norma	Principale ovigânciae
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Principais exigências A IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. A aplicação antecipada é permitida.
IFRS 13 - Mensurações ao valor justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.
IAS 27 - Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais (revisado em 2011)	Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado.
IAS 28 - (Revisada 2011) Investimentos em coligadas e entidades com controle compartilhado	Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associados e <i>Joint Ventures</i> , e descreve a aplicação método patrimonial para investimentos em <i>joint ventures</i> , além do investimento em associadas.
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.
IAS 12 - Imposto de renda (revisão) - impostos diferidos - recuperação de ativos subjacentes	A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os exerciciosanuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012.
IFRS 1 - Adoção Inicial das IFRS (revisão) - hiperinflação e remoção de datas fixas para primeira adoção (revisão)	O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão terá vigência para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações aplicáveis para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013--Continuação

Norma	Principais exigências
IFRS 7 Instrumentos financeiros - divulgação - exigências maiores para divulgação de desreconhecimentos	A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desreconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras da Sociedade entenda a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para excercíciosanuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011.
IAS 1apresentação das demonstrações financeiras	Esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária.
IAS 16 Imobilizado	Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.
IAS 32 Instrumentos financeiros: apresentação	Esta melhoria esclarece que os imposto de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda.
IAS 34 Demonstrações financeiras intermediárias	A revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais.

A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas se tornarem aplicáveis à Companhia a partir de 1º de julho de 2013.

A Companhia analisou os efeitos da adoção das novas normas, interpretações e alteração, e concluiu que não haverá efeito relevante sobre as demonstrações financeirasindividuais e consolidadas de 30 de junho de 2013.

O CPC já editou alguns dos respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas peloIASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações aplicáveis para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013-Continuação

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhiaindividuais e consolidadas de 30 de junho de 2013.

Não foram emitidos novos pronunciamentos pelo IASB além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2013 e que obrigatórios para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2013.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a receber pela venda de fazendas, contas a pagar a fornecedores, contas a pagar pela compra de fazendas e empréstimos e financiamentos.

Determinadas operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, taxas de juros e de variações de preços das *commodities* agrícolas. Em função disso, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, utilizados como proteçãode safra ou componentes de balanço, dependendo da natureza da operação.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, recebíveis pela venda de fazendas, empréstimos com partes relacionadas e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se do valor justo estimado.

b) Empréstimos e financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas fixas ou atreladas à variação da TJLP e aproxima-se do valor justo.

5.2. Políticas aprovadas pelo Conselho de Administração para a utilização de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

A Companhia possui as seguintes políticas que orientam suas operações em relação a instrumentos financeiros, as quais estão aprovadas pelo Conselho de Administração: (i) política de investimento que orienta as aplicações do caixa da Companhia, observando riscos das contrapartes, dos instrumentos de crédito e de liquidez, entre outros; (ii) política de instrumentos financeiros derivativosque orienta a administração das exposições da Companhia aos riscos de moedas, taxas de juros e índices e de valor de *commodities* agrícolas, sempre relacionando os instrumentos financeiros derivativos a um ativo ou passivo gerador da exposição; e (iii) política de risco, que contempla itens não endereçados na política de investimento ou na política de instrumentos financeiros derivativosou ainda relacionado à proteção do fluxo de caixa futuro tais como comercialização da produção futura de *commodities*.

A Diretoria-Executiva reporta as operações contratadas nas reuniões do Conselho deAdministração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.3. Análise de exposição a riscos de ativos e passivos financeiros

a) Riscos com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais aplicados de ativos ou aumentam os valores devidos de passivos. Esse risco também decorre dos compromissos de venda de produtos existentes em estoque ou ainda em formação com preços a serem fixados, preços esses que variam dependendo da taxa de câmbio.

Controladora		Não derivativos milhare		Derivativos (nota 7)- posição- milhares de US\$		
Rubrica contábil	Indice ao qual esta exposto	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	
Aquisições a pagar	ÚSD	-	-	-	-	
Operações com derivativos		-	-	(17.594)	(2.592)	
Total		-	-	(17.594)	(2.592)	
Consolidado		Não derivativos milhare		Derivativo posição- mill		
Rubrica contábil	Indice ao qual esta exposto	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	
Aquisições a pagar	USD	(2.163)	(1.974)	-	-	
Operações com derivativos		•	. ,	(1.461)	(31.833)	
Total		(2.163)	(1.974)	(1.461)	(31.833)	

b) Riscos com taxa de juros e índices

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou índices que aumentem as despesas financeiras relativas aos contratos de aquisição de terras, indexados pelo IGP-M (FGV).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.3. Análise de exposição a riscos de ativos e passivos financeiros-Continuação

b) Riscos com taxa de juros e índices--Continuação

Controladora	l	Não derivativos - saldo contábil - milhares de R\$			
Rúbrica contábil	Índice ao qual esta exposto	30/06/2013	30/06/2012		
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	(28.756)	(23.562)		
Titulos e valores mobiliarios	CDI	(28.984)	(21.872)		
Aquisições a pagar	CDI	,	,		
Total CDI		(57.740)	(45.434)		
Aquisições a pagar	IGP-M	(17.646)	(16.588)		
Total IGP-M		(17.646)	(16.588)		
Emprestimos e financiamentos	TJLP	7.804	(26.997)		
Total TJLP		7.804	(26.997)		
Emprestimos e financiamentos	Taxas fixas	53.558	(47.336)		
Total taxas fixas		53.558	(47.336)		

Consolidado)	Não derivativos - saldo contábil - milhares de R\$			
Rubrica contábil	Índice ao qual esta exposto	30/06/2013	30/06/2012		
Caixa e equivalentes de caixa Titulos e valores mobiliários	CDI CDI	75.694 27.232	67.464 23.197		
Aquisições a pagar Total CDI	CDI	(23.841) 79.085	(22.296) 68.365		
Aquisições a pagar Total IGP-M	IGP-M	(17.646) (17.646)	(16.588) (16.588)		
Empréstimos e financiamentos Total TJLP	TJLP	7.804 7.804	(27.038) (27.038)		
Empréstimos e financiamentos Total taxas fixas	Taxas fixas	94.050 94.050	(67.323) (67.323)		

c) Riscos com commodities

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nos preços de mercado dos produtos agrícolas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.3. Análise de exposição a riscos de ativos e passivos financeiros-Continuação

c) Riscos com commodities--Continuação

Contro	ladora	Não derivativos- saldo contábil- dora milhares de R\$			Derivativos (nota 7)- volume- milhares de sacas		
Rubrica contábil	Índice ao qual esta exposto	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012		
Operações com derivativos Operações com	Soja	-	-	(1.021)	(1.247)		
derivativos	Milho	-	-	(114)	(406)		
Conso	lidado	Não derivativos- saldo contábil- milhares de R\$		Derivativos (nota 7)- volume/posição			
Deskular a sestitivit	Índice ao qual	00/00/0040	00/00/0040	00/00/0040	00/00/0040		
Rubrica contábil Clientes Operações com	esta exposto Soja	30/06/2013 72.824	30/06/2012 22.204	30/06/2013	30/06/2012		
derivativos Operações com	Soja	-	-	(1.024)	(1.247)		
derivativos	Milho	-	-	(114)	(406)		

5.4. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos e de utilização de instrumentos derivativos

A gestão de riscos financeiros é de responsabilidade da Diretoria-Executiva, a qual avalia a exposição aos riscos de taxa de câmbio, taxa de juros e índices e de valor de *commodities* agrícolas existentes nos ativos, passivos e operações previstas da Companhia. Perante a exposição a tais riscos, a administração da Companhia avalia a conveniência, custo e disponibilidade no mercado de instrumentos financeiros derivativos que permitam reduzir a exposição a tais riscos. Efetuada tal avaliação, a contratação de instrumentos financeiros derivativos é decidida pela Diretoria dentro dos parâmetros previamente aprovados nas políticas antes referidas e reportada ao Conselho de Administração em suas reuniões.

5.5. Riscos associados a cada estratégia de atuação

O uso de instrumentos derivativos com objetivo de proteção que reduz os riscos de alterações nos fluxos de caixa decorrentes dos riscos cambiais, riscos de taxas de juros e de índices de preços, e riscos de preços de commodities agrícolas, que atualmente são soja e milho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.5. Riscos associados a cada estratégia de atuação--Continuação

No entanto, a mudança no valor justo do instrumento financeiro derivativo pode ser diferente da mudança nos fluxos de caixa ou no valor justo dos ativos, passivos ou transações previstas que estão sendo cobertas, como resultado de diferentes fatores, tais como, entre outros, as diferenças entre as datas de contratação, as datas de vencimento e liquidação, ou diferenças de spreads sobre os ativos e passivos financeiros a serem cobertos e os spreads correspondentes às diferenças entre as datas das operações de swap.

No caso da estratégia de instrumentos financeiros derivativospara cobrir ativos e passivos reconhecidos, a administração acredita que os instrumentos financeiros derivativos apresentam elevado grau de proteção no que diz respeito à evolução dos ativos e passivos cobertos.

No caso da estratégia de instrumentos financeiros derivativospara cobrir vendas previstas de soja ou para cobrir contas a pagar/ receber, que tem seu valor sujeito a mudanças com base em *commodities*, pode haver diferenças decorrentes de fatores adicionais, tais como as diferenças entre o volume de soja estimado e real a ser colhido, ou diferenças entre o preço cotado de soja nos mercados internacionais, onde os instrumentos financeiros derivativos são cotados, e o preço da soja nos mercados em que a soja é fisicamente entregue/recebida pela Companhia. Se o volume de soja colhido efetivamente for inferior ao montante para o qual foram contratados instrumentos financeiras derivativos, a Companhia estará exposta a variações no preço das *commodities* pelo volume coberto em excesso e vice-versa, se o volume de soja colhido efetivamente for maior do que o volume coberto.

À medida que a Companhia não fixa o preço de venda de soja por meio de instrumentos financeiros derivativos, mas estabelece uma gama de preços de venda por meio de opções, a quantidade de dólares a ser recebida com a venda de soja para os clientes e com a liquidação das opções é uma gama de montantes. Caso o montante nocional de contratos futuros celebrados para a venda de dólares for menor do que a quantidade real de dólares recebidos, a Companhia estará exposta a mudanças na taxa de câmbio entre o dólar e o real para o montante protegido em excesso e vice-versa, se o montante nocional de contratos futuros celebrados para a venda de dólares for maior do que a quantidade real de dólares recebidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.5. Riscos associados a cada estratégia de atuação--Continuação

Além disso, a Companhia está sujeita ao risco de crédito com relação à contraparte do instrumento financeiro derivativo. A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos, cotados em bolsas de valores ou de instituições financeiras de primeira linha ou empresas de trading. A Companhia entende que na data do balanço não há indicações de risco de cobrança no que diz respeito aos montantes reconhecidos como ativos em relação aos instrumentos financeiros derivativos.

5.6. Controles sobre utilização de instrumentos derivativos

Os principais controles estabelecidos sobre a utilização de instrumentos derivativos são:

- Existência de políticas definidas pelo Conselho de Administração:
- Restrição da contratação de operações com derivativos que não seja definida pela Diretoria-Executiva;
- Manutenção de um inventário centralizado de contratos derivativos em aberto de responsabilidade da Diretoria;
- Reporte diário de um relatório de risco com a posição consolidada a um grupo formado pela Diretoria e alguns membros do Conselho de Administração;
- Monitoramento mensal pela Diretoria-Executiva dos valores justos reportados pelas contrapartes e os valores estimados pela administração.
- O valor justo dos derivativos contratados é obtido de acordo com o mercado onde os mesmos foram contratados e também onde os instrumentos encontram-se inseridos.

5.7. Impacto dos instrumentos derivativos no resultado

Os ganhos e perdas por mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na demonstração de resultados separadamente entre os resultados realizados (correspondentes a instrumentos financeiros derivativos que já foram liquidados) e os resultados não realizados (correspondentes a instrumentos financeiros derivativos ainda não liquidados).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.8. Estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos derivativos cotados em bolsas organizadas (BM&FBOVESPA e Chicago Boardof Trade) são determinados com base nas cotações vigentes na data do balanço. Para estimar o valor justo de derivativos não negociados em bolsas organizadas são utilizadas cotações de instrumentos similares ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro e metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor justo estimado.

Os derivativos existentes no FIM Guardian (derivativos de moeda e índices), são marcados a mercado pelo próprio fundo de investimento de acordo com regras próprias dos fundos de investimentos; ou seja, usando curvas de mercado da Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F), CETIP S.A., entre outros, sendo os mesmos examinados por auditores independentes.

Metodologias específicas utilizadas para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia:

- Instrumentos financeiros derivativos de commodities agrícolas o valor justo é
 obtido por meio de várias fontes de mercado, incluindo cotações fornecidas
 por corretoras internacionais, bancos internacionais e disponíveis na Bolsa de
 Chicago (CBOT).
- Instrumentos financeiros derivativos de moedas estrangeiras o valor justo é
 determinado com base nas informações obtidas de fontes de mercado
 diversas, incluindo, conforme o caso, BM&FBOVESPA, CETIP S.A., os
 bancos locais, além de informações enviadas pela contraparte.

a) Análise de sensibilidade

A administração identificou para cada tipo de instrumento financeiro derivativo a situação de variação nas taxas de câmbio, taxa de juros ou preços de *commodities* que podem gerar perda no ativo e/ou passivo que está sendo protegido ou, no caso de instrumentos derivativos relacionados com operações previstas não contabilizadas no balanço, no valor justo dos instrumentos derivativos contratados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.8. Estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos-- Continuação

a) Análise de sensibilidade -- Continuação

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados abaixo, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Essa análise contempla a realização de 5 distintos cenários que diferem entre si pela intensidade de variação em relação ao mercado atual. Em 30 de junho de 2013, foram considerados como referência para os cenários provável, I, II, III e IV uma variação em relação ao mercado atual de 0%, -50%, -25%, +25%, +50% respectivamente.

Para a elaboração do Cenário Provável foram considerados os preços de mercado de cada um dos ativos de referência dos instrumentos de derivativos detidos pela Companhia na data de fechamento deste exercício. Como todos esses ativos estão inseridos em mercados competitivos e abertos, o preço de mercado atual é uma referência satisfatória para o preço esperado desses ativos. Dessa forma, como o preço de mercado atual foi a referência para o cálculo tanto do valor contábil dos derivativos como do Cenário Provável o resultado deste é igual à zero. As premissas e cenários são como seque:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.8. Estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos-- Continuação

a) Análise de sensibilidade -- Continuação

_					2013
		Queda n	o Dólar	Alta no	o Dólar
_	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário III -	Cenário IV -
-	provável	-50%	-25%	25%	50%
Taxa de câmbio¹ - R\$/US\$	2,22	1,11	1,66	2,77	3,32
Soja - US\$ / bushel – Agosto 2013 (CBOT)	14,31	7,16	10,73	17,89	21,47
Soja - US\$ / bushel - Maio 2014 (CBOT)	12,55	6,27	9,41	15,68	18,82
Soja - R\$ / bushel – Julho 2014 (CBOT)	30,22	15,11	22,67	37,78	45,33
Soja - US\$ / bushel – Julho 2014 (CBOT)	12,59	6,29	9,44	15,73	18,88
Milho - R\$ / bushel – Julho 2014 (CBOT)	25,71	12,86	19,29	32,14	38,57
Milho - US\$ / bushel – Julho 2014 (CBOT)	5,36	2,68	4,02	6,69	8,03
_					2012
_		Queda n	o Dólar	Alta no	o Dólar
-	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário III -	Cenário IV -
	Cenário provável				
- Taxa de cambio - US\$/R\$		Cenário I	Cenário II	Cenário III -	Cenário IV -
- Taxa de cambio - US\$/R\$ Soja - US\$ / bushel – Novembro 2012	provável	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III - 25%	Cenário IV - 50%
	provável 2,12	Cenário I -50% 1,06	Cenário II -25% 1,59	Cenário III - 25% 2,65	Cenário IV - 50% 3,18
Soja - US\$ / bushel – Novembro 2012	2,12 14,99	Cenário I -50% 1,06 7,50	Cenário II -25% 1,59 11,24	Cenário III - 25% 2,65 18,74	Cenário IV - 50% 3,18 22,48
Soja - US\$ / bushel – Novembro 2012 Soja - R\$ / bushel – Março 2013	2,12 14,99 29,86	Cenário I -50% 1,06 7,50 14,93	Cenário II -25% 1,59 11,24 22,40	2,65 18,74 37,33	Cenário IV - 50% 3,18 22,48 44,79
Soja - US\$ / bushel – Novembro 2012 Soja - R\$ / bushel – Março 2013 Soja - US\$ / bushel – Maio 2013	2,12 14,99 29,86 14,22	Cenário I -50% 1,06 7,50 14,93 7,11	1,59 1,24 22,40 10,67	2,65 18,74 37,33 17,78	Cenário IV - 50% 3,18 22,48 44,79 21,33
Soja - US\$ / bushel – Novembro 2012 Soja - R\$ / bushel – Março 2013 Soja - US\$ / bushel – Maio 2013 Soja - R\$ / bushel – Julho 2013	2,12 14,99 29,86 14,22 29,90	7,50 1,06 7,50 14,93 7,11 14,95	1,59 1,24 22,40 10,67 22,42	2,65 2,65 18,74 37,33 17,78 37,38	22,48 44,79 21,33 44,85
Soja - US\$ / bushel – Novembro 2012 Soja - R\$ / bushel – Março 2013 Soja - US\$ / bushel – Maio 2013 Soja - R\$ / bushel – Julho 2013 Soja - US\$ / bushel – Julho 2013	2,12 14,99 29,86 14,22 29,90 14,16	7,50 1,06 7,50 14,93 7,11 14,95 7,08	1,59 1,24 22,40 10,67 22,42 10,62	2,65 18,74 37,33 17,78 37,38 17,70	Cenário IV - 50% 3,18 22,48 44,79 21,33 44,85 21,24

O quadro a seguir apresenta, para cada transação, o efeito na variação do valor justo estimado em 30 de junho de 2013 do instrumento financeiro derivativo, assim como, o efeito no aumento ou redução do valor justo estimado do correspondente ativo ou passivo relacionado. O efeito na variação do valor justo e na variação do ativo ou passivo tem sido determinado em forma individual para cada instrumento financeiro derivativo, ativo ou passivo, para cada transação e para cada cenário sem considerar efeitos combinados ou compensatórios da mudança de mais de uma variável ou de uma mesma variável em outros instrumentos financeiros derivativos, ou seja, mantendo todas as demais variáveis constantes. Portanto, cada linha da tabela deverá ser considerada de forma individual sem considerar efeitos apresentados em outras linhas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.8. Estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos-- Continuação

a) Análise de sensibilidade -- Continuação

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados abaixo, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Posição			bilidade (R\$'000)	Análise de sens		Risco	Operação
Alta Datas de veno	a	Alt	ixa	Ba	(a)		
nário III - 25% Cenário IV - 50% Valor Unidade de medida	Cenário IV - 50%	Cenário III - 25%	Cenário II - 50%	Cenário I - 25%	Cenário Provável		
(15.386) (30.988) (1.021) mil sacas de soja ago/13 a ju	(30.988)	(15.386)	15.551	31.003	-	SOJA	Derivativo
(801) (1.602) (114) mil sacas de milho jul/14	(1.602)	(801)	801	1.602	-	MILHO	
661 91 (1.461) US\$'000 jul/13 a jul	91	661	(1.179)	12		USD	
to (see any control particular			· · · ·		·		
justical jus			· · · ·	Análise de sens	·	Risco	Operação
Alta Datas de veno			bilidade (R\$)				Operação
, (, , , , , , , , , , , , , , , , , ,	a	Alt	bilidade (R\$)	Análise de sens	Cenário Provável		Operação
Alta Datas de veno	a Cenário IV - 50%	All Cenário III - 25%	bilidade (R\$)	Análise de sens Ba			Operação Derivativo
Alta Datas de veno	a Cenário IV - 50% 36.732	All Cenário III - 25% 16.433	bilidade (R\$) ixa Cenário II - 50%	Análise de sens Ba Cenário I - 25%	Cenário Provável	Risco	· <i>'</i>
Alta Datas de veno nário III - 25% Cenário IV - 50% Valor Unidade de medida 16.433 36.732 (1.247) mil sacas de soja nov/12 a ju	a Cenário IV - 50% 36.732 5.832	All Cenário III - 25% 16.433 2.609	bilidade (R\$) ixa Cenário II - 50% (24.166)	Análise de sens Ba Cenário I - 25% (44.465)	Cenário Provável (3.866)	Risco	· <i>'</i>

(a) Em 30 de junho de 2013, foi considerado como referência para a elaboração do Cenário Provável os preços de mercado de cada um dos ativos de referência dos instrumentos de derivativos detidos pela Companhia na data de fechamento deste exercício. Como todos esses ativos estão inseridos em mercados competitivos e abertos, o preço de mercado atual é uma referência satisfatória para o preço esperado desses ativos. Dessa forma, como o preço de mercado atual foi a referência para o cálculo tanto do valor contábil dos derivativos como do Cenário Provável o resultado deste é igual à zero.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.8. Estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos-- Continuação

a) Análise de sensibilidade -- Continuação

Adicionalmente, apresentamos no quadro abaixo o resumo dos possíveis cenários para os próximos 12 meses (junhode 2013 e 2014) dos empréstimos e recebíveis da Companhia. Utilizamos fontes confiáveis de divulgação de índices para as taxas utilizadas no "Cenário provável".

										(V	alores expres	sos em m	ilhares de R\$	i)
				Atual	Cenário I -	Provável	Cenário I -	Possível	Cenário II -	Remoto	Cenário I -	Possível	Cenário II -	Remoto
		(*) taxas médias anuais					Qued	da	Qued	la	Aume	nto	Aume	ento
Risco	Classificação	Detalhes	30	-jun-13			25%	ó	50%)	25%	6	50%	%
CDI	Investimento	Aplicação - CDI	8,00%	104.040	9,25%	1.815	6,00%	(2.075)	4,00%	(4.149)	10,00%	2.075	12,00%	4.149
USD	Investimento	Aplicação - USD (Fed Funds)	0,08%	6.869	0,10%	1	0,060%	(1)	0,040%	(3)	0,1000%	1	0,120%	3
TJLP	Financiamento	Financiamento em TJLP - BNDES	5,00%	7.760	5,00%		3,75%	(44)	2,50%	(89)	6,25%	44	7,50%	89
NA	Financiamento	Financiamento em taxa pré fixada												
NA	Financiamento	Crédito Rural	5,88%	2.681	N/A	N/A	N/A	N/A	WA	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NA	Financiamento	Fundos Constitucionais	7,23%	75.955	N/A	N/A	N/A	N/A	WA	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NA	Financiamento	Capital de Giro	8,75%	10.506	N/A	N/A	N/A	N/A	WA	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NA	Financiamento	BNDES	6,24%	2.323	N/A	N/A	N/A	N/A	WA	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NA	Dívida	Fazenda a pagar	0,00%	3.000	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
USD	Dívida	Fazenda a pagar	2,2156	2.163	2,35	131	1,66	(541)	1,11	(1.082)	2,77	541	3,32	1.082
IGPM	Dívida	Fazenda a pagar	4,84%	17.645	5,26%	74	3,63%	(214)	2,42%	(427)	6,05%	214	7,26%	427
CDI	Dívida	Fazenda a pagar	8,00%	23.841	9,50%	358	6,00%	(477)	4,00%	(954)	10,00%	477	12,00%	954
SOJA	Recebível	Recebíveis de Fazendas	50,18	275.000	50,18		37,64	(3.450)	25,09	(6.900)	62,73	3.450	75,27	6.900
SOJA	Recebível	Recebíveis de Fazendas	55,85	212.000	55,85	-	41,89	(2.960)	27,93	(5.920)	69,81	2.960	83,775	5.920
SOJA	Recebível	Recebíveis de Fazendas	55,85	811.333	55,85	-	42 -	11.328	28 -	22.656	70	11.328	84	22.656

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco ao qual a Companhia está exposta decorre da possibilidade de não recuperar os valores a receber por venda de cana, grãos e arrendamento de áreas.

Para reduzir o risco de crédito presente nas operações comerciais, a Companhia adota a prática de definir limites de créditos e fazer o acompanhamento constante dos saldos devedores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.8. Estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos-- Continuação

b) Risco de crédito--Continuação

Atualmente, a administração não espera perdas significativas em virtude de inadimplemento de suas contrapartes superiores ao valor provisionado e não tem exposição significativa a nenhuma contraparte isoladamente.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de caixa e investimentos de curto prazo suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O caixa excedente é investido principalmente no fundo de investimento FIM Guardian, classificado como um fundo de investimento multimercado, geridopelo Banco BTG Pactual S.A., que tem uma política clara de investimentos, com limites à concentração de risco nos correspondentes investimentos.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia por grupo de vencimento com base no exercícioremanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados e incluem juros, além dos derivativos por montantes líquidos, cujo valor justo é divulgado. Com relação às contas a pagar para a compra de fazendas, todos os valores devidos em30 de junho de 2013e 2012 são devidos mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes pelos vendedores e, por isso, sua data de pagamento não pode ser determinada. Assim são considerados como pagáveis à vista na tabela a seguir, sendo que juros ou outros encargos financeiros não foram considerados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Passivos financeiros					
Em 30 de junho de 2012					
Fornecedores Operações com derivativos Empréstimos e Financiamentos Aquisições a pagar Em 30 de junho de 2013	4.151 8.307 45.456 40.858	10.209 27.923	22.376	13.297	4.151 18.516 109.052 40.858
Fornecedores Operações com derivativos Empréstimos e Financiamentos Aquisições a pagar	7.777 2.860 44.839 43.650	1.140 29.749	13.630	22.299	7.777 4.000 110.517 43.650

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.9. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Conforme o quadro abaixo a Companhia apresenta dívida líquida de empréstimos, aquisições a pagar e fornecedores.

	2013	2012
Total dos empréstimos	101.853	94.361
Total de aquisições a pagar	43.650	40.858
Total de fornecedores	7.777	4.151
	153.280	139.370
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(75.694)	(67.464)
Menos: títulos e valores mobiliários	(27.232)	(23.197)
	(102.926)	(90.661)
Caixa (dívida) líquida	(50.354)	(48.709)
Total do patrimômio líquido	586.985	558.968
Total do capital	637.339	607.677
	(8%)	(8%)

O capital não é administrado ao nível da controladora, somente ao nível consolidado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.10. Estimativas do valor justo

Consideramos que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda "*impairment*", estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como precos) ou indiretamente (ou seja, derivados dos precos) (nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis) (nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 30 de junho:

	20	13	2012		
Consolidado - R\$ mil	Nível 2	Total	Nível 2	Total	
Ativos financeiros					
Circulante					
Equivalentes de caixa	75.694	75.694	67.464	67.464	
Títulos e valores mobiliários	9.244	9.244	=	-	
Instrumentos financeiros derivativos	17.081	17.081	4.327	4.327	
Clientes	131.102	131.102	60.655	60.655	
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	17.988	17.988	23.197	23.197	
Instrumentos financeiros derivativos	1.714	1.714	-	-	
Clientes	33.729	33.729	12.759	12.759	
Total	286.552	286.552	168.402	168.402	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.10. Estimativas do valor justo--Continuação

	20	13	20	12
Consolidado - R\$ mil	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	7.777	7.777	4.151	4.151
Empréstimos e financiamentos	44.929	44.929	43.067	43.067
Instrumentos financeiros derivativos	2.860	2.860	8.307	8.307
Contas a pagar de aquisições	43.650	43.650	40.858	40.858
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	56.924	56.924	51.294	51.294
Instrumentos financeiros derivativos	1.140	1.140	10.209	10.209
Total	157.280	157.280	157.886	157.886

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.11. Instrumentos financeiros por categoria - consolidado

Seguem abaixo as classificações dos instrumentos financeiros por categoria:

	_			2013			_		2012		
Consolidado - R\$ mil	Nota	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Derivativos usados para econômico	Total	Fair value	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Derivativos usados para econômico	Total	Fair value
Ativo											<u> </u>
Circulante											
Equivalentes de caixa		62.954	-	-	62.954	62.954	55.283	-	-	55.283	55.283
Títulos e valores mobiliários		-	9.244	-	9.244	9.244	-	-	-	-	-
Clientes		119.681	-	-	119.681	119.681	51.210	-	-	51.210	51.210
Crédito por venda de fazenda	5.b	11.421	-		11.421	11.421	9.445	-	-	9.445	9.445
Operações com derivativos	5.b		-	17.081	17.081	17.081	-	-	4.327	4.327	4.327
• •					-	-					
Não circulante					-	-					
Títulos e valores mobiliários		17.988	-	-	17.988	17.988	23.197	-	-	23.197	23.197
Crédito por venda de fazenda	5.b	33.729	-		33.729	33.729	12.759	-	-	12.759	12.759
Operações com derivativos		-	-	1.714	1.714	1.714	-	-	-	-	-
Total	- -	245.773	9.244	18.795	273.812	273.812	151.894	-	4.327	156.221	156.221

			2013							2012			
Consolidado - R\$ mil	Nota	Empréstimos e recebíveis	Designado a valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para econômico	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Fair value	Empréstimos e recebíveis	Designado a valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para econômico	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Fair value
Passivo													
Circulante													
Fornecedores		7.777	-	-	-	7.777	7.777	4.151	-	-	-	4.151	4.151
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	44.929	44.929	44.929	-	-	-	43.067	43.067	43.067
Operações com derivativos	5.b		-	2.860		2.860	2.860	-	-	8.307	-	8.307	8.307
Contas a pagar por aquisição		-	43.650	-	-	43.650	43.650	-	40.858	-	-	40.858	40.858
Não circulante							-						-
Empréstimos e financiamentos			-	-	56.924	56.924	56.924	-	-	-	51.294	51.294	51.294
Instrumentos financeiros derivativos	5.b	-	-	1.140	-	1.140	1.140	-	-	10.209	-	10.209	10.209
Total		7.777	43.650	4.000	101.853	157.280	157.280	4.151	40.858	18.516	94.361	157.886	157.886

O modelo e as premissas utilizados na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração e são revisados a cada apresentação das informações anuaise, se necessário, ajustados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

6.1. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	oladora	Consolidado		
	2013	2012	2013	2012	
Caixa e bancos	7.192	10.817	12.740	12.181	
Operações compromissadas Certificados de depósitos	21.564	12.745	51.894	20.135	
bancários ·	-	-	11.060	35.148	
	28.756	23.562	75.694	67.464	

Os titulos de depósitos a prazo e operações compromissadas (acordos de recompra) realizadas em 30 de junho de 2013 e 2012 contratualmente determina as contra partes do resgate, do montante originalmente investido acrescido de juros até a data de resgate sem qualquer penalização, a qualquer momento e sem aviso prévio. Esta disposição efetivamente resulta em depósitos e acordos à vista, apesar de ter uma data de vencimento.

Os montantes investidos são remunerados com base em um percentual do CDI (taxa de Certificado de Depósito Interbancário, divulgada diariamente pela CETIP, entidade que fornece serviços de custódia e depositário), que variaram entre 98% e 103,50% do CDI diário em 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2013, variou entre 99% e 103%.

6.2. Títulos e valores mobiliários

	Contro	ladora	Conso	lidado
	2013	2012	2013	2012
Cotas de Fundos exclusivos	27.124	-	9.244	-
	27.124	-	9.244	-

O fundo de investimento exclusivo Fim Guardian, administrado pelo banco BTG Pactual, possui a seguinte composição em 30 de junho de 2013:

Títulos Públicos (a)	13.863
Cotas de fundos exclusivos	9.244
Operações compromissadas	2.009
Depósitos a prazo	1.978
Derivativos	25
Outros	5
Total	27.124

No fundo Fim Guardian existe o valor de R\$13.863 aplicados em LFT referente a depósitos de margem colocados em garantia de operações com derivativos do fundo. Nas demonstrações financeiras consolidadas o respectivo valor foi reclassificado para rubrica de operações com derivativos no ativo circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Operações com derivativos

				2013						
			·						Volume/	
			-	Contro	oladora	Conso	lidado	Total	posição	
		Instrumentos derivativo								
Risco	Vencimento	em aberto	Contraparte	A receber	A pagar	A receber	A pagar	Saldo líquido	Valor ('000)	Unidade
Moeda US\$	julho-13	BM&F/NDF	Bancos	-	(1.102)	2.290	(2.076)	214	27.375	US\$
Moeda US\$	março-14	NDF	Bancos	-	-	-	(784)	(784)	(5.288)	US\$
Moeda US\$	junho-14	NDF	Bancos	-	-	110	-	110	983	US\$
Moeda US\$	julho-14	NDF	Bancos	-	. .	-	(508)	(508)	(12.137)	US\$
Moeda US\$	julho-14	Opções	Bancos	-	(632)		(632)	(632)	(12.394)	
	C	Circulante		-	(1.102)	2.400	(2.860)	(460)	23.070	US\$
	N	Não circulante		-	(632)	-	(1.140)	(1.140)	(24.531)	US\$
	7	Total risco com moeda		-	(1.734)	2.400	(4.000)	(1.600)	(1.461)	US\$
Commodities:										
Soja CBOT	agosto-13	Derivativos Soja	Trading Companies/Bancos/CBOT	12	_	12	_	12	(29)	Sacas
Soja CBOT	maio-14	Derivativos Soja	Trading Companies/Bancos/CBOT	598	_	598	_	598	(181)	Sacas
Soja CBOT	julho-14	Derivativos Soja	Trading Companies/Bancos/CBOT	1.058	_	1.058	_	1.058	(606)	Sacas
Milho CBOT	iulho-14	Derivativos Milho	Trading Companies/Bancos/CBOT	254	-	254	_	254	(114)	Sacas
Soja CBOT	julho-14	Opções	Trading Companies/Bancos/CBOT	402	-	402	-	402	(204)	Sacas
	(Circulante		610	-	610	-	610	(210)	Sacas
	Ň	Não Circulante		1.714	-	1.714	_	1.714	(924)	Sacas
	7	Total risco com commo	dities	2.324	-	2.324	-	2.324	(1.134)	Sacas
			Total riscos	2.324	(1.734)	4.724	(4.000)	724	N.A.	
			Total riscos	2.324	(1.734)	4.724	(4.000)	124	N.A.	
			Depósitos de margem	208	-	14.071	-	14.071	-	
			Circulante	818	(1.102)	17.081	(2.860)			
			Não Circulante	1.714	(632)	1.714	(1.140)			
			Resultado de Derivativos	18.051	(24.438)	16.043	(21.006)			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Operações com derivativos--Continuação

								2012			
					Contro	ladora	Conso	lidado	Total (R\$)		
			Instrumentos derivativos	·						Volume /	,
Risco	Vencimento	Estratégia	em aberto	Contraparte	A receber	A pagar	A receber	A pagar	Saldo líquido	posição (000)	Unidade
Moeda US\$	julho-12	(ii)	NDF	Bancos Nacionais	-	-	-	(6.928)	(6.928)	(11.030)	US\$
Moeda US\$	agosto-12	(ii)	NDF	Bancos Nacionais	173	-	173	(31)	142	2.592	US\$
Moeda US\$	dezembro-12	(i) (ii) (ii) (ii) (ii)	NDF	Bancos Nacionais	-	-	68	-	68	983	US\$
Moeda US\$	abril-13	(ii)	NDF	Bancos Nacionais	-	-	-	(236)	(236)	(2.183)	US\$
Moeda US\$	julho-13	(ii)	NDF	Bancos Nacionais	-	-	-	(343)	(343)	(9.945)	US\$
Moeda US\$	julho-12	(ii)	BMF	Bancos Nacionais	-	-	-	(769)	(769)	(12.250)	US\$
Opção	julho-13	(ii)	OPÇÃO	Bancos Nacionais	-	(196)	-	(196)	(196)	-	US\$
Moeda US\$	julho-13	(ii)	Opção de USD	Trading Companies							
				Internacionais	-	(37)	-	(37)	(37)	-	US\$
			Circulante		173	_	241	(8.307)	(8.066)	(31.833)	
			Não circulante		-	(233)		(233)	(233)	-	
			Total Risco com Moeda US\$		173	(233)	241	(8.540)	(8.299)	(31.833)	US\$
				•							
Commodities											
Soja	julho-13	(ii)	Derivativos Soja (a)	Trading Companies							
		<i>(</i> ***)	NEENWAR	Internacionais	-	(7.660)	-	(7.660)	(7.660)	(1.247)	sacas
Milho	agosto-12	(ii)	NDF MILHO	Bancos Nacionais	68	-	68	-	68	-	sacas
Milho	julho-13	(ii)	Derivativos Milho (a)	Trading Companies Internacionais	-	(2.316)	-	(2.316)	(2.316)	(406)	sacas
			Circulante	-	68	-	68	(=:0:0)	68	(1.653)	
			Não circulante		-	(9.976)	-	(9.976)	(9.976)	(1.000)	
			Total risco com	-		(0.0.0)		(0.0.0)	(0.0.0)		
			commodities	-	68	(9.976)	68	(9.976)	(9.908)	(1.653)	sacas
			Total Risco	-	241	(10.209)	309	(18.516)	(18.207)	-	
			Total Risco	•	241	(10.209)	309	(18.516)	(18.207)	•	
			Depósitos de margem		4.018	-	4.018	-	-		
			Circulante		4.259	-	4.327	(8.307)	-		
			Não circulante		-	(10.209)	-	(10.209)	-		
			Resultado de Derivativos		367	(11.654)	386	(19.694)	-		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Operações com derivativos--Continuação

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e contratos a termo de *commodities* para proteção contra risco de variação das taxas de câmbio e dos preços de *commodities*, respectivamente. Em 30 de junho de 2013 e 2012 a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos de fluxo de caixa.

Os depósitos de margens em operações com derivativos se referem as chamadas de margens por contrapartes em operações de instrumentos derivativos.

Em 30 de junho de 2012 existiam instrumentos financeiros denominados "acumulador". O acumulador, refere-se a uma venda futura a um preço contratualmente estabelecido no qual o volume vendido (*notional*) depende da cotação da commodity observado diariamente durante a vida do contrato. A liquidação do acumulador é feita em um único pagamento no vencimento do contrato. O *notional* total contratado é dividido pela quantidade de dias da operação estabelecendo um *notional* diário. Diariamente é determinado se a cotação de mercado de referência da commodity naquele dia se encontra: (i) abaixo de um preço de suspensão e nesse caso o volume vendido é zero, (ii) entre o preço de suspensão e o preço de venda contratualmente estabelecido e nesse caso o volume vendido é o volume do *notional* diário, ou (iii) acima do preço de venda contratualmente estabelecido e nesse caso o volume vendido é duas vezes o volume do *notional* diário. Em 30 de junho de 2013 não existem contratos com características de acumulador.

Em função da variabilidade do volume vendido em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2012 o volume da safra 2012/2013 e 2013/2014 para o qual foram contratados derivativos de *commodities* pode variar conforme indicado a seguir:

Não auditado									
30/06/2012	% de volume	de produção							
	% mínimo	% máximo							
Soja	33,80%	62,50%							
Milho	7,00%	45,00%							
31/12/2012	% de volume	de produção							
	% mínimo	% máximo							
Soja	48,9%	64,%							
Milho	12,2%	30,5%							
31/03/2013	% de volume	de produção							
	% mínimo	% máximo							
Soja	76,3%	85,7%							
Milho	31,9%	44,7%							

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Operações com derivativos--Continuação

Safra 12/13

30/06/2013		% de volume de p com derivativo eco	rodução esperado nômico contratado
		% mínimo	% máximo
	Soja	99,20%	99,20%
	Milho	86,40%	86,40%

Safra 13/14

30/06/2013		% de volume de produção espera com derivativo econômico contra					
		% mínimo	% máximo				
	Soja	45,60%	45,60%				
	Milho	7,80%	7,80%				

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge econômico é classificado como ativo ou passivo não circulante se, o período remanescente para o vencimento do item protegido for superior a um ano e, como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido for inferior a um ano.

8. Clientes

	Controladora		Conso	lidado
_	2013	2012	2013	2012
Venda de cana de açúcar (b)	11.273	3.207	11.273	3.207
Venda de grãos (c)	74.507	41.501	87.937	48.270
Arrendamentos	746	=	1.424	685
Venda de máquinas	768	-	1.048	=
Venda de fazendas (d)	-	=	31.218	9.445
_	87.294	44.708	132.900	61.607
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(1.442)	(952)	(1.798)	(952)
Total circulante	85.852	43.756	131.102	60.655
Venda de máquinas Venda de fazendas (d)	830		830 32.899	- 12.759
			32.099	12.739
Total não circulante	830	-	33.729	12.759

(a) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Clientes--Continuação

	Controladora	Consolidado
Em 30 de junho de 2012	952	952
Constituição da provisão	4.300	4.766
Baixa ou reversão	(3.810)	(3.920)
Em 30 de junho de 2013	1.442	1.798

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica despesas com vendas na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os respectivos valores são baixados da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

	Contr	oladora	Cons	olidado
	2013	2012	2013	2012
A vencer:				
Até 30 dias	79.522	14.302	92.237	15.389
De 31 a 90 dias	35	28.145	87	32.885
De 91 a 180 dias	-	457	3.977	1.218
De 181 a 360 dias	4.081	147	32.166	10.181
Acima de 360 dias	830	-	33.729	12.759
Vencidos:				
Até 30 dias	2.153	301	2.517	468
De 31 a 90 dias	-	74	119	75
De 91 a 180 dias	195	236	149	345
De 181 a 360 dias	1.308	146	1.648	146
Acima de 360 dias	-	900	-	900
	88.124	44.708	166.629	74.366

(b) Venda de cana-de-açúcar

Os valores a receber referem-se à venda de cana-de-açúcar à ETH Bioenergia.

(c) Venda de grãos

Os valores a receber correspondem principalmente à venda de soja para Bunge, Multigrain e Mundo dos Cereais. A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é obtida por meio da análise de inadimplência de forma individual por cliente e os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Clientes--Continuação

(d) Créditos por venda de fazenda

(i) Fazenda São Pedro

Em 28 de setembro de 2011, a Companhia vendeu a Fazenda São Pedro, localizada no município de Chapadão do Céu, Estado de Goiás. A propriedade foi adquirida em setembro de 2006 e o valor total investido para a aquisição e desenvolvimento da área foi de R\$10.304. A propriedade possui área total declarada de 2.447 hectares, dos quais 1.724 hectares eram considerados agricultáveis na data da venda. O preço de venda acordado foi de 580.000 sacas de soja, correspondente a R\$23.291. A venda da propriedade foi parte da estratégia de negócios da Companhia, que tem por objetivo gerar ganhos de capital com a venda de imóveis. Foram reconhecidos R\$12.987 em "Ganho com venda de fazendas" correspondente à diferença entre o preço de venda de R\$23.291 e o valor contábil de R\$10.304.

Em setembro de 2011, o valor de R\$2.250 foi recebido a título de sinal e princípio de pagamento (equivalentes a 50.000 sacas de soja) e, em março de 2013 foi recebida à parcela de R\$7.519 (equivalentes a 160.000 sacas de soja). O valor remanescente de R\$18.453 foi mensurado com base na cotação da soja para entrega futura, na data de vencimento de cada parcela (ou com base em estimativas e cotações de corretores, onde não há cotação da soja para entrega futura em data de vencimento específica), e com base na taxa de câmbio de dólares para reais para entrega futura também na data de vencimento. O valor resultante foi descontado a valor presente utilizando taxa média de 6,48% a.a. O valor registrado referente a ajuste a valor presente no resultado do exercício findo em 30 de junho de 2013 monta a R\$842 (30 de junho de 2012 R\$956). O saldo remanescente no valor de 277.500 sacas de soja, será pago por meio de três parcelas anuais, cujos vencimentos se darão em nos dias 30 de março de 2014,2015 e 2016, equivalente a 92.500 sacas de soja cada uma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Clientes--Continuação

(d) Créditos por venda de fazenda --Continuação

(ii) Fazenda Horizontina

A Fazenda Horizontina, localizada no município de Tasso Fragoso, Estado do Maranhão, possui área de 14.359 hectares e foi adquirida em 10 de março de 2010, pela subsidiária Imobiliária Ceibo pelo valor de R\$37.749. Em 10 de outubro de 2012, a Companhia anunciou a venda da fazenda pelo preço total de R\$75.000. Em outubro de 2012 foram realizados dois pagamentos, sendo o primeiro no valor de R\$1.000 a título de sinal e o segundo no valor de R\$26.000. Em janeiro de 2013, no momento da outorga da escritura pública de venda e compra, a Companhia recebeu a parcela do preço no valor de R\$45.000. O saldo remanescente, no valor de R\$3.000, será pago mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes. A Companhia registrou ganho com a venda da fazenda Horizontina no valor de R\$22.083. Até 30 de junho de 2013, a Companhia realizou investimentos na propriedade no montante R\$15.168 (líquido de depreciação acumulada) para melhorias de infraestrutura.

(iii) Fazenda Araucária

A Fazenda Araucária localizada no município de Mineiros, Estado de Goiás, com área de 9.682 hectares, foi adquirida pela Companhia em 2007. Em 25 de abril de 2013 a Companhia vendeu 394 hectares da Fazenda Araucária, sendo 310 hectares agricultáveis. Após a venda, a área da Fazenda Araucária é de 9.288 hectares dos quais aproximadamente 6.895 hectares são agricultáveis.

A venda foi realizada pelo valor em reais equivalente a 248.000 sacas de soja (800 sacas por hectare agricultável), equivalente à R\$10.325 e foi adquirida pelo valor de R\$3.888. O comprador realizou pagamento inicial no valor de R\$1.728, equivalente a 36.000 sacas de soja. Em agosto de 2013 a Companhia recebeu a primeira parcela no valor de R\$2.053, equivalente a 36.000 sacas de soja e o saldo remanescente será pago em seis parcelas semestrais no valor equivalente a 36.000 sacas de soja e, a última, contra a outorga da escritura pública de venda e compra, em agosto de 2016, no valor equivalente a 25.000 sacas de soja. A Companhia registrou ganho com a venda da fazenda Araucária no valor de R\$6.437.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Clientes--Continuação

(d) Créditos por venda de fazenda--Continuação

(iv) Fazenda Cremaq

A Fazenda Cremaq, com área de 32.702 hectares, se localiza município de Ribeiro Gonçalves, Estado do Piauí foi adquirida pela Companhia em 2007. Em 10 de maio de 2013, a Companhia vendeu uma área de 4.895 hectares da fazenda Cremaq, dos quais 3.201 são agricultáveis. Após a venda, a fazenda passou a ter uma área total de 27.807 hectares dos quais aproximadamente 21.823 hectares são agricultáveis.

A venda foi realizada pelo valor em reais equivalente a 901.481 sacas de soja (359 sacas por hectare agricultável), equivalente à R\$37.388, foi adquirida pelo valor de R\$ 6.340 e foram efetuados investimentos no valor de R\$4.753, totalizando um valor de R\$11.093. O comprador realizou pagamento inicial no valor de R\$4.561, equivalente a 90.148 sacas de soja. Em 15 de agosto de 2013, a Companhia recebeu a primeira parcela no valor de R\$4.294, equivalente a 67.611 sacas de soja e o saldo remanescente será pago em quatro parcelas semestrais, no valor equivalente a 67.611 sacas de soja e a, última, contra a outorga da escritura pública de venda e compra, em junho de 2016, no valor equivalente a 117.193 sacas de soja. A Companhia registrou ganho com a venda da fazenda Cremaq no valor de R\$26.295.

A composição da venda com fazendas é como segue:

	2013	2012
Valor da venda de fazenda Valor residual da fazenda	122.713 (67.898)	23.291 (10.304)
Ganho com venda de fazenda	54.815	12.987

Movimentação do valor presente

	Consolidado
Em 30 de junho de 2012	(22.204)
Constituição	(53.288)
Recebimentos	6.331
Realização AVP	3.166
Em 30 de junho de 2013	(65.995)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consc	olidado
_	2013	2012	2013	2012
IRRF sobre aplicações financeiras a compensar	4.260	5.193	4.447	5.494
Outros impostos e contribuições a compensar	354	1.336	3.208	3.837
Total circulante	4.614	6.529	7.655	9.331
ICMS a recuperar	6.546	5.199	6.546	5.199
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	430	514	430	514
PIS e COFINS não cumulativo a compensar	8.462	5.355	8.462	5.355
IRRF sobre aplicações financeiras a compensar	10.015	11.330	10.298	11.735
Total não circulante	25.453	22.398	25.736	22.803

A Companhia classifica como "não circulante", os créditos tributários oriundos de IRRF sobre aplicações financeiras e PIS e COFINS a recuperar por entender que os saldos desses tributos não serão compensados integralmente no período de 12 meses, onde os mesmos são considerados créditos à compensar no longo prazo quando tributadas nas futuras operações no mercado interno.

A Companhia ingressou junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí uma solicitação de homologação do saldo credor de ICMS no valor de R\$3.091 a ser transferido para outros contribuintes no mesmo Estado com o propósito de pagamento de fornecedores na compra de insumos e ativos. A Sefaz diferiu parcialmente nosso pedido homologando R\$581 vinculando esses créditos a "venda para fins de exportação" na qual poderá ser transferido, com relação a diferença solicitada a mesma será compensada no longo prazo com futuras operações tributadas pelo ICMS.

10. Estoques

	Contro	Controladora		olidado
	2013	2012	2013	2012
Produtos agrícolas	11.697	27.179	14.362	28.462
Cana	-	2.238	-	2.238
Soja	7.899	13.778	10.454	14.558
Milho	3.703	10.027	3.803	10.530
Arroz	-	309	-	309
Algodão	95	737	105	737
Outros cultivos	-	90	-	90
Insumos (i)	6.178	10.038	9.016	12.535
Adiantamento a fornecedores	3.742	25.364	5.427	31.561
	21.617	62.581	28.805	72.558

Em 30 de junho de 2013 o saldo de provisão para realização do valor recuperável dos produtos agricolas é de R\$24 negativo (R\$3.260 negativo em 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativos biológicos

	Controladora		Cons	olidado
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	Grãos	Cana	Grãos	Cana
Saldo em 30 de junho de 2012	3.208	31.931	4.111	31.931
Gastos com plantio e tratos culturais	93.984	55.568	123.028	55.568
Variação do valor justo	(17.870)	21.230	(22.770)	25.059
Colheita do produto agrícola	(78.121)	(72.073)	(103.168)	(75.902)
Saldo em 30 de junho de 2013	1.201	36.656	1.201	36.656

Gastos com plantio estão substancialmente representados pelos gastos incorridos com a formação das safras tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciação e mão de obra aplicada nas culturas.

O período de plantio e colheita dos ativos biológicos é como segue:

	_	Período desde o plantio até a colheita						
Unidade	Localização	Cana	Soja	Milho	Milho safrinha	Arroz	Algodão	
Faz. Cremaq	Piauí	N/A	25/10 a 30/05	25/11 a 30/06	01/02 a 30/08	15/12 a 15/05	30/11 a 30/08	
Faz. Jatobá	Bahia	N/A	25/10 a 30/05	25/10 a 30/06	N/A	Não Planta	25/11 a 30/08	
Faz. Alto Taquari	Mato Grosso	01/02 a 30/11	01/10 a 28/02	01/10 a 30/10	N/A	Não Planta	N/A	
Faz. Araucária	Goiás	01/02 a 30/11	01/10 a 28/02	01/10 a 30/10	N/A	Não Planta	N/A	
Faz. Chaparral	Bahia	N/A	01/11 a 30/05	25/10 a 05 /12	N/A	Não Planta	25/11 a 30/08	
Faz. Nova Buriti	Minas Gerais	N/A	Não Planta / Colhe	N/A	N/A	Não Planta	N/A	
Faz. Preferência	Bahia	N/A	Não Planta / Colhe	N/A	N/A	Não Planta	N/A	
Faz. Horizontina	Maranhão	N/A	05/11 a 30/05	25/11 a 30/06	05/02 a 30/08	15/12 a 15/05	N/A	
Parceria I	Bahia	N/A	25/10 a 30/05	25/10 a 30/06	N/A	Não Planta	25/11 a 30/08	

12. Títulos e valores mobiliários restritos

	Índice de correção	Contr	oladora	Cons	olidado
		2013	2012	2013	2012
Não circulante Banco do Nordeste (BNB) (a) Banco Itaú BBA (b)	CDI CDI	1.860 -	1.736 20.136	17.988 -	3.061 20.136
	_	1.860	21.872	17.988	23.197

- (a) Títulos dados em garantias em financiamentos junto do Banco BNB, devendo ser mantidos até o fim da vigência do contrato de financiamento em outubro de 2021.
- (b) Títulos dados em garantias em financiamentos junto do Banco Itaú BBA, devendo ser mantidos até maio de 2013, conforme contrato de empréstimo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Propriedades para investimento - não circulante

			Con	troladora		
	Terra -	Edifícios e	Abertura de	Total em	Obras em	Propriedades para
	Fazendas	benfeitorias	área	operação	andamento	investimento total
Em 30 de junho de 2012	24 007	10.465	46.060	70 504	0.45	00.070
Saldo inicial Aguisições	21.007	12.465 548	46.062 17.294	79.534 17.842	845 4.979	80.379 22.821
Baixas	_	340	17.234	17.042	4.373	22.021
Transferências	_	2.407	_	2.407	(2.407)	_
(-) Depreciação/amortização	_	(809)	(8.034)	(8.843)	(2)	(8.843)
Saldo contábil, líquido	21.007	14.611	55.322	90.940	3.417	94.357
		_	_	-	=	
Em 30 de junho de 2012						
Custo total	21.007	16.198	75.653	112.858	3.417	116.275
Depreciação acumulada		(1.587)	(20.331)	(21.918)	-	(21.918)
Saldo contábil, líquido	21.007	14.611	55.322	90.940	3.417	94.357
Em 30 de junho de 2013	04.007	44.044	FF 000	00.040	0.447	04.057
Saldo inicial	21.007	14.611	55.322	90.940	3.417	94.357
Aquisições Baixas	-	833 (669)	10.517	11.350 (15.057)	4.651	16.001
Transferências	-	4.551	(14.388)	4.551	(2.235) (4.551)	(17.292)
(-) Depreciação/amortização	_	(1.129)	(8.420)	(9.549)	(4.551)	(9.549)
Saldo contábil, líquido	21.007	18.197	43.031	82.235	1.282	83.517
Gaias comasii, iiqaias		-	.0.00		-	-
Em 30 de junho de 2013						
Custo total	21.007	20.913	71.782	113.702	1.282	114.984
Depreciação acumulada	-	(2.716)	(28.751)	(31.467)	-	(31.467)
Saldo contábil, líquido	21.007	18.197	43.031	82.235	1.282	83.517
				solidado		
	Terra	Edifícios e	Abertura de	Total em	Obras em	Propriedades para
Em 30 do junho do 2012	Terra Fazendas	Edifícios e benfeitorias	Abertura de área	Total em operação	Obras em andamento	investimento total
Em 30 de junho de 2012	Fazendas	benfeitorias	área	operação	andamento	investimento total
Saldo inicial	Fazendas 304.562	benfeitorias 13.992	área 64.087	operação 382.641	andamento 1.046	investimento total 383.687
Saldo inicial Aquisições	Fazendas 304.562 826	13.992 1.033	área	operação 382.641 24.432	andamento	383.687 29.806
Saldo inicial	Fazendas 304.562	benfeitorias 13.992	área 64.087 22.573	operação 382.641	1.046 5.374	investimento total 383.687
Saldo inicial Aquisições Baixas	Fazendas 304.562 826	13.992 1.033 (216)	área 64.087 22.573	operação 382.641 24.432 (10.153)	andamento 1.046	383.687 29.806
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências	Fazendas 304.562 826	13.992 1.033 (216) 2.598	área 64.087 22.573	operação 382.641 24.432 (10.153) 2.598	1.046 5.374	383.687 29.806 (10.153)
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização	304.562 826 (9.937)	13.992 1.033 (216) 2.598 (892)	64.087 22.573 - (10.541)	operação 382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433)	1.046 5.374 - (2.598)	383.687 29.806 (10.153) - (11.433)
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012	304.562 826 (9.937) - 295.451	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515	64.087 22.573 - (10.541) 76.119	operação 382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085	1.046 5.374 - (2.598) - 3.822	383.687 29.806 (10.153) - (11.433) 391.907
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total	304.562 826 (9.937)	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515	64.087 22.573 - (10.541) 76.119	operação 382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085	1.046 5.374 - (2.598)	383.687 29.806 (10.153) (11.433) 391.907
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total Depreciação acumulada	304.562 826 (9.937) - - 295.451	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515	4.087 22.573 - (10.541) 76.119 102.822 (26.703)	operação 382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085 416.617 (28.532)	1.046 5.374 - (2.598) - 3.822	383.687 29.806 (10.153) (11.433) 391.907
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total	304.562 826 (9.937) - 295.451	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515	64.087 22.573 - (10.541) 76.119	operação 382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085	1.046 5.374 - (2.598) - 3.822	383.687 29.806 (10.153) (11.433) 391.907
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total Depreciação acumulada Saldo contábil, líquido	304.562 826 (9.937) - - 295.451	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515	4.087 22.573 - (10.541) 76.119 102.822 (26.703)	operação 382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085 416.617 (28.532)	1.046 5.374 - (2.598) - 3.822	383.687 29.806 (10.153) (11.433) 391.907
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total Depreciação acumulada Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2013	304.562 826 (9.937) - 295.451 295.451	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515 18.344 (1.829) 16.515	área 64.087 22.573 - (10.541) 76.119 102.822 (26.703) 76.119	operação 382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085 416.617 (28.532) 388.085	3.822 3.822 3.822	383.687 29.806 (10.153) - (11.433) 391.907 - 420.439 (28.532) 391.907
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total Depreciação acumulada Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2013 Saldo inicial	304.562 826 (9.937) - 295.451 295.451 295.451	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515 18.344 (1.829) 16.515	4rea 64.087 22.573	operação 382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085 416.617 (28.532) 388.085	3.822 3.822 3.822	383.687 29.806 (10.153) (11.433) 391.907 420.439 (28.532) 391.907
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total Depreciação acumulada Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2013 Saldo inicial Aquisições	304.562 826 (9.937) - - 295.451 295.451 295.451 295.451 295.451	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515 18.344 (1.829) 16.515	4rea 64.087 22.573 - (10.541) 76.119 102.822 (26.703) 76.119 76.119 18.247	operação 382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085 416.617 (28.532) 388.085 388.085 19.403	3.822 3.822 3.822 3.822 3.822	383.687 29.806 (10.153) (11.433) 391.907 420.439 (28.532) 391.907 391.907 24.957
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total Depreciação acumulada Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2013 Saldo inicial Aquisições Baixas	304.562 826 (9.937) - 295.451 295.451 295.451	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515 18.344 (1.829) 16.515	4rea 64.087 22.573	operação 382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085 416.617 (28.532) 388.085 388.085 19.403 (62.597)	3.822 3.822 3.822 3.822 3.822 2.5.554 (2.235)	383.687 29.806 (10.153) (11.433) 391.907 420.439 (28.532) 391.907
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total Depreciação acumulada Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2013 Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências	304.562 826 (9.937) - - 295.451 295.451 295.451 295.451 295.451	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515 18.344 (1.829) 16.515 16.515 943 (669) 5.859	64.087 22.573 	operação 382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085 416.617 (28.532) 388.085 388.085 19.403 (62.597) 5.859	3.822 3.822 3.822 3.822 3.822	383.687 29.806 (10.153) (11.433) 391.907 420.439 (28.532) 391.907 391.907 24.957 (64.832)
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total Depreciação acumulada Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2013 Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização	304.562 826 (9.937) - - 295.451 295.451 295.451 295.451 295.451	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515 18.344 (1.829) 16.515 16.515 943 (669) 5.859 (1.260)	64.087 22.573 - (10.541) 76.119 102.822 (26.703) 76.119 76.119 18.247 (14.388) - (11.664)	382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085 416.617 (28.532) 388.085 388.085 19.403 (62.597) 5.859 (12.924)	3.822 3.822 3.822 3.822 3.822 2.5.554 (2.235)	383.687 29.806 (10.153) - (11.433) 391.907 420.439 (28.532) 391.907 391.907 391.907 (64.832) - (12.924)
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total Depreciação acumulada Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2013 Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências	304.562 826 (9.937) 	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515 18.344 (1.829) 16.515 16.515 943 (669) 5.859	64.087 22.573 	operação 382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085 416.617 (28.532) 388.085 388.085 19.403 (62.597) 5.859	3.822 3.822 3.822 3.822 5.554 (2.235) (5.859)	383.687 29.806 (10.153) (11.433) 391.907 420.439 (28.532) 391.907 391.907 24.957 (64.832)
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total Depreciação acumulada Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2013 Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização	304.562 826 (9.937) 	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515 18.344 (1.829) 16.515 16.515 943 (669) 5.859 (1.260)	64.087 22.573 - (10.541) 76.119 102.822 (26.703) 76.119 76.119 18.247 (14.388) - (11.664)	382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085 416.617 (28.532) 388.085 388.085 19.403 (62.597) 5.859 (12.924)	3.822 3.822 3.822 3.822 5.554 (2.235) (5.859)	383.687 29.806 (10.153) - (11.433) 391.907 420.439 (28.532) 391.907 391.907 391.907 (64.832) - (12.924)
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total Depreciação acumulada Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2013 Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido	304.562 826 (9.937) 	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515 18.344 (1.829) 16.515 16.515 943 (669) 5.859 (1.260)	64.087 22.573 - (10.541) 76.119 102.822 (26.703) 76.119 76.119 18.247 (14.388) - (11.664)	382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085 416.617 (28.532) 388.085 388.085 19.403 (62.597) 5.859 (12.924)	3.822 3.822 3.822 3.822 5.554 (2.235) (5.859)	383.687 29.806 (10.153) - (11.433) 391.907 420.439 (28.532) 391.907 391.907 391.907 (64.832) - (12.924)
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total Depreciação acumulada Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2013 Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2013	304.562 826 (9.937) 	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515 18.344 (1.829) 16.515 16.515 943 (669) 5.859 (1.260) 21.388	64.087 22.573 - (10.541) 76.119 102.822 (26.703) 76.119 76.119 18.247 (14.388) - (11.664) 68.314	382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085 416.617 (28.532) 388.085 388.085 19.403 (62.597) 5.859 (12.924) 337.826	3.822 3.822 3.822 3.822 1.235) (5.859)	383.687 29.806 (10.153) (11.433) 391.907 420.439 (28.532) 391.907 391.907 24.957 (64.832) - (12.924) 339.108
Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2012 Custo total Depreciação acumulada Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2013 Saldo inicial Aquisições Baixas Transferências (-) Depreciação/amortização Saldo contábil, líquido Em 30 de junho de 2013 Custo total	304.562 826 (9.937) 	13.992 1.033 (216) 2.598 (892) 16.515 18.344 (1.829) 16.515 16.515 943 (669) 5.859 (1.260) 21.388	64.087 22.573 	382.641 24.432 (10.153) 2.598 (11.433) 388.085 416.617 (28.532) 388.085 388.085 19.403 (62.597) 5.859 (12.924) 337.826	3.822 3.822 3.822 3.822 1.235) (5.859)	383.687 29.806 (10.153) (11.433) 391.907 420.439 (28.532) 391.907 391.907 24.957 (64.832) (12.924) 339.108

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Propriedades para investimento - não circulante--Continuação

As baixas ocorridas no exercício findo em 30 de junho de 2013 devem-se a:

- (i) Venda da fazenda Horizontina (Nota 8), no valor de R\$12.539 referente à edificações R\$669, abertura de áreas em operação R\$9.635, abertura de área em andamento R\$2.235 e R\$37.749 referente à baixa de terras.
- (ii) Venda da fazenda Cremaq (Nota 8), no valor de R\$4.754 referente à abertura de área e R\$6.165 referente à baixa de terras.
- (iii) Venda da fazenda Araucária (Nota 8), no valor de R\$3.625 referente à baixa de terras.

As propriedades para investimento avaliadas a valor justo é como segue:

Fazenda	Estado	2013 Hectares	2012 Hectares	Imobiliária	Aquisição	2013	2012
Jatobá	Bahia	31.606	31.606	Jaborandi S.A.	Mar/2007	227.688	179.758
Araucária	Goiás	9.288	9.682	Araucária Ltda.	Abr/2007	168.304	111.646
Alto Taquari	Mato Grosso	5.186	5.186	Mogno Ltda.	Ago/2007	107.296	62.302
Chaparral	Bahia	37.183	37.183	Cajueiro Ltda.	Nov/2007	196.536	173.674
Cremag	Piauí	27.807	32.702	Cremaq Ltda.	Out/2006	231.585	222.320
Preferência .	Bahia	17.799	17.799	Cajueiro Ltda.	Set/2008	39.648	36.759
Horizontina	Maranhão	-	14.358	Ćeibo Ltda.	Abr/2010	-	72.689
Nova Buriti	Minas Gerais	24.247	24.247	Flamboyant Ltda.	Dez/2007	28.657	26.519
				•	-	999.714	885.667

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo indica o custo histórico de aquisição da terra e de melhorias posteriores, no que diz respeito às nossas propriedades agrícolas, em 30 de junho de 2013.

Fazenda	Localidade	Data de aquisição	Total área	Aquisição ao custo	Melhorias de custo em 30 de junho de 2013 (R\$ milhõe	de custo em 30 de junho de 2013
	Daire Oranda da Dibaira (Di	01 / 00	(ha)	05.0	\ +	-/
Cremaq	Baixa Grande do Ribeiro/PI	Out / 06	27.807	35.9	30.8	66.7
Jatobá	Jaborandi/BA	Mar / 07	31.606	33.1	28.5	61.6
Alto Taquari	Alto Taquari/MT	Ago / 07	5.186	33.2	0.1	33.3
Araucária	Mineiros/GO	Abr / 07	9.288	66.8	1.3	68.1
Chaparral	Correntina/BA	Nov / 07	37.182	47.9	13.2	61.1
Nova Buriti	Januaria/MG	Dez / 07	24.247	21.6	0.4	22.0
Preferência	Barreiras/BA	Set / 08	17.799	9.6	15.2	24.8
Total			153.115	248.1	89.5	337.6

14. Investimentos - controladora

	Particip	ação no					Patri	mônio	Lucro (p	orejuízo)
	capital t	capital total - %		Total do ativo T		Total do passivo		líquido ajustado		ercício
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Subsidiárias										
Araucária	99,99	99,99	100.439	104.437	2.631	16.269	97.808	88.168	9.640	17.935
Cremaq	99,99	99,99	86.539	49.882	9.503	2.257	77.036	47.625	29.411	2.825
Engenho de Maracaju	99,99	99,99	10.559	15.975	5.954	5.781	4.605	10.194	211	2.700
Imobiliária Jaborandi	99,99	99,99	39.301	37.795	3.636	3.209	35.665	34.586	1.079	1.164
Jaborandi Ltda	99,99	99,99	95.200	55.759	62.288	28.925	32.912	26.834	(7.924)	(6.367)
Cajueiro	99,99	99,99	61.830	61.025	535	241	61.295	60.784	2.311	1.103
Mogno	99,99	99,99	35.824	37.684	24.154	22.389	11.670	15.295	77	(716)
Ceibo	99,99	99,99	3.223	40.300	2.461	349	762	39.951	14.836	2.348
Flamboyant	99,99	99,99	653	693	3	333	650	360	(40)	(40)
Investimento ao custo										
Green Ethanol LLC	40,65	40,65	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos - controladora--Continuação

a) Movimentação dos investimentos

Exercício findo em 30 de junho de 2013

	Cremaq	Engenho	lmobiliária Jaborandi	Jaborandi Ltda	Araucária	Mogno	Cajueiro	Ceibo	Flamboyant	Green Ethanol (i)	Total
Movimentação do saldo em 30 de junho de 2012	47.625	10.194	34.586	28.835	88.168	15.295	60.784	39.951	690	410	326.538
Aumento (redução) de capital Adiantamento para futuro	-	(5.800)	-	14.001	-	(3.702)	(1.800)	(34.500)	-	-	(31.801)
aumento de capital	-	-	-	12.360	-	-	=	- (40 - 50 -)	=	-	12.360
Distribuição de dividendos Provisão para perda do valor	-	=	=	-	=	=	-	(19.525)	=	-	(19.525)
recuperável Resultado de equivalência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(340)	(340)
patrimonial	29.411	211	1.079	(7.924)	9.640	77	2.311	14.836	(40)	-	49.601
Composição do saldo em											
30 de junho de 2013	77.036	4.605	35.665	47.272	97.808	11.670	61.295	762	650	70	336.833
Investimentos Adiantamento para futuro	77.036	4.605	35.665	32.912	97.808	11.670	61.295	762	650	70	322.473
aumento de capital	-	-	-	14.360	-	-	-	-	-	-	14.360
Saldo em 30 de junho de											
2013	77.036	4.605	35.665	47.272	97.808	11.670	61.295	762	650	70	336.833

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos - controladora--Continuação

a) Movimentação dos investimentos--Continuação

Exercício findo em 30 de junho de 2012

	Cremag	Engenho	lmobiliária Jaborandi	Jaborandi Ltda	Araucária	Mogno	Cajueiro	Ceibo	Flamboyant	Green Ethanol (i)	Total
Movimentação do saldo em 30 de junho de 2011	46.200	12.803	30.310	17.891	84.833	16.011	59.681	18.579	400	410	287.118
Aquisição de participação Aumento (redução) de capital Adiantamento para futuro	- -	- -	3.500 2.663	10.676 13.153	- -	- -	- -	- 19.024	- -	- -	14.176 34.840
aumento de capital Distribuição de dividendos Aumento na participação dos não controladores resultantede	(1.400)	(5.309)	(2.416) (635)	(5.383)	(14.600)	-	-	-	330	-	(7.469) (21.944)
mudança da participação na Jaborandi Resultado de equivalência	-	-	-	(1.135)	-	-	-	-	-	-	(1.135)
patrimonial	2.825	2.700	1.164	(6.367)	17.935	(716)	1.103	2.348	(40)	-	20.952
Composição do saldo em 30 de junho de 2012	47.625	10.194	34.586	28.835	88.168	15.295	60.784	39.951	690	410	326.538
Investimentos Adiantamento para futuro	47.625	10.194	34.586	26.834	88.168	15.295	60.784	39.951	360	410	324.207
aumento de capital	-	-	-	2.001	-	=	-	-	330	-	2.331
Saldo em 30 de junho de 2012	47.625	10.194	34.586	28.835	88.168	15.295	60.784	39.951	690	410	326.538

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

14. Investimentos - controladora--Continuação

a) Movimentação dos investimentos--Continuação

Exercício findo em 30 de junho de 2012--Continuação

(i) Green Ethanol

Apesar de a Companhia deter 40,65% de participação na Green Ethanol LLC, o Contrato de Responsabilidade Limitada da Green Ethanol LLC (que foi originalmente emitido em março de 2007 e aditado em 2009) não dá à Companhia nenhum poder de influência de acordo com o IAS 28/CPC 18. Conforme o contrato, o outro investidor foi nomeado como Membro Administrador e somente esse Membro Administrador tem o direito de voto para aprovar matérias ou tomar decisões.

Como resultado das perdas incorridas e do significativo nível de endividamento da ETH Bioenergia, a Companhia efetuou uma analise de *impairment* do investimento em 1º de julho de 2009 e conclui que existia um *impairment* nessa data. Para fins de mensurar o valor da perda por *impairment* a Companhia estimou o valor justo do investimento na data base de fevereiro de 2010 considerando a compra da Brenco pela ETH Bioenergia no valor de R\$6.979 e reconheceu tal perda em 1º de julho de 2009 no valor de R\$6.569. Em 30 de junho de 2013, a Companhia remensurou o valor justo e reconheceu como perda do valor recuperável o valor de R\$340.

(ii) Jaborandi Ltda. e Imobiliária Jaborandi

A Vanguarda Agro S.A. (V-Agro) e a Brasilagro, visando aproveitar melhor suas estruturas e sinergias, optaram por encerrar participação celebrada em 18 de janeiro de 2007 pela Brasilagro e a Maeda, subsidiária integral da V-Agro, que visava compartilhar experiências e resultados do investimento em uma fazenda localizada na Rodovia BR-020 - km 304, no município de Jaborandi, Estado da Bahia, com 31.606 hectares ("Fazenda Jatobá").

A referida investida consistia nas seguintes sociedades: (a) Jaborandi S.A., sociedade detentora da Fazenda Jatobá, cujo capital social era até a presente data distribuído entre as sócias na proporção de 90% para a Brasilagro e 10% para a Maeda; e (b) Jaborandi Agrícola Ltda., sociedade que tem como objetivo desenvolver e cultivar a Fazenda Jatobá, cujo capital social era até a presente data distribuído entre as sócias na proporção de 65,61% para a Brasilagro e 34,39% para a Maeda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos - controladora--Continuação

a) Movimentação dos investimentos--Continuação

Exercício findo em 30 de junho de 2012--Continuação

(ii) Jaborandi Ltda. e Imobiliária Jaborandi--Continuação

Em 21 de maio de 2012, a Brasilagro comprou a participação que a Maeda tinha na Jaborandi S.A. e Jaborandi Ltda. por R\$8.152 e R\$11.808, respectivamente. A Brasilagro utilizou como forma de pagamento o mútuo de R\$6.961 que a Maeda tinha em aberto e R\$12.999 pago em espécie.

A compra da participação da Jaborandi S.A. e Jaborandi Ltda. gerou um ágio de R\$4.653 e R\$1.132, respectivamente, registrando no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

15. Intangível

	Controladora e Consolidado				
	Em operação	Softwares Em andamento	Total		
	Lili operação	Liii ailuailleillo	Total		
Em 30 de junho de 2012					
Saldo inicial	2.612	134	2.746		
Aquisições	1.491	=	1.491		
Baixas	-	-	-		
Amortização do exercício	(1.496)	=	(1.496)		
Em 30 de junho de 2012	2.607	134	2.741		
		_	_		
Em 30 de junho de 2012					
Custo total	4.103	134	4.237		
Depreciação acumulada	(1.496)	-	(1.496)		
Saldo contábil, líquido	2.607	134	2.741		
Em 30 de junho de 2013					
Saldo inicial	2.607	134	2.741		
Aquisições	316	379	695		
Baixas	(1)	-	(1)		
Transferências	464	(464)	-		
Amortização do exercício	(865)	- 40	(865)		
Em 30 de junho de 2013	2.521	49	2.570		
Em 30 de junho de 2013					
Custo total	4.882	49	4.931		
Depreciação acumulada	(2.361)		(2.361)		
Saldo contábil, líquido	2.521	49	2.570		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado

			Controladora		
			Veículos e		
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos e instalações	máquinas agrícolas	Móveis e utensílios	Imobilizado Total
Em 20 de junho de 2012					
Em 30 de junho de 2012 Saldo inicial	298	1.850	9.137	417	11.702
Aquisições	-	845	5.164	282	6.291
Baixas	-	(31)	(63)	(6)	(100)
Depreciação	(134)	(352)	(2.830)	(67)	(3.383)
Saldo contábil, líquido	164	2.312	11.408	626	14.510
Em 20 de junho de 2012					
Em 30 de junho de 2012 Custo total	714	3.314	17.251	816	22.095
Depreciação acumulada	(550)	(1.002)	(5.843)	(190)	(7.585)
Saldo contábil, líquido	164	2.312	11.408	626	14.510
Calab Comasii, iiqalab		2.012	11.100	020	1 1.010
Em 30 de junho de 2013					
Saldo inicial	164	2.312	11.408	626	14.510
Aquisições	-	414	1.967	173	2.554
Baixas	-	(89)	(1.464)	(10)	(1.563)
Transferências	-	-	-	-	-
Depreciação	(127)	(411)	(607)	(91)	(1.236)
Saldo contábil, líquido	37	2.226	11.304	698	14.265
Em 30 de junho de 2013					
Custo total	714	3.639	17.754	979	23.086
Depreciação acumulada	(677)	(1.413)	(6.450)	(281)	(8.821)
Saldo contábil, líquido	37	2.226	11.304	698	14.265
, ,		-		-	-
Taxas anuais de depreciação					
(média ponderada) - %	18	11	18	9	
			Consolidado		
			Veículos e		
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos e instalações	máquinas agrícolas	Móveis e utensílios	Imobilizado Total
Em 30 de junho de 2012					
Saldo inicial	298	2.062	9.949	456	12.765
Aquisições	230 -	969	5.306	293	6.568
Transferências	-	(31)	(63)	(7)	(101)
Depreciação	(134)	(388)	(3.007)	(73)	(3.602)
Saldo contábil, líquido	164	2.612	12.185	669	15.630
Em 30 de junho de 2012					
Custo total	714	3.741	18.633	881	23.969
Depreciação acumulada	(550)	(1.129)	(6.448)	(212)	(8.339)
Saldo contábil, líquido	164	2.612	12.185	669	15.630

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação

			Consolidado		
			Veículos e		
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos e instalações	máquinas agrícolas	Móveis e utensílios	Imobilizado Total
Em 30 de junho de 2013					
Saldo inicial	164	2.612	12.185	669	15.630
Aquisições	-	472	2.005	211	2.688
Baixas	-	(102)	(1.948)	(10)	(2.060)
Transferências	-	-	-	-	-
Depreciação	(127)	(459)	(721)	(100)	(1.407)
Saldo contábil, líquido	37	2.523	11.521	770	14.851
Em 30 de junho de 2013					
Custo total	714	4.111	18.690	1.082	24.597
Depreciação acumulada	(677)	(1.588)	(7.169)	(312)	(9.746)
Saldo contábil, líquido	37	2.523	11.521	770	14.851
Taxas anuais de depreciação (média ponderada) - %	18	11	18	9	
(oa.a poaorada) /o		• •		•	

A administração da Companhia revisou os valores residuais e o tempo de vida útil estimada do grupo de veículos e máquinas agrícolas, conforme avaliação do valor de mercado realizada por meio de pesquisas efetuadas pela Companhia, levando-se também em consideração, as condições de utilização deste equipamentos. Este estudo resultou em uma reversão de R\$2.503 na linha de "Depreciação".

17. Contas a pagar por aquisições

	Contro	adora	Consol	idado
	2013	2012	2013	2012
Fazenda Jatobá	-	-	2.163	1.974
Fazenda Alto Taquari	-	=	23.841	22.296
Fazenda Nova Buriti	17.646	16.588	17.646	16.588
_	17.646	16.588	43.650	40.858

Os passivos se referem à compra de fazendas atualizadas monetariamente, como segue: (i) Fazenda Jatobá - corrigido pela variação do dólar estadunidense, (ii) Fazenda Alto Taquari - 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e (iii) Fazenda Nova Buriti - Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Os pagamentos relacionados à compra de fazendas estão atrelados ao cumprimento de determinadas condições precedentes por parte dos vendedores para a obtenção de licenças; com isso, a Companhia entende que não há possibilidade de cálculo do valor presente visto que não há como determinar a data de vencimento dos pagamentos devidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se à compra de insumos, serviços utilizados para o cultivo e desenvolvimento das lavouras no valor de R\$5.738 controladora e R\$6.890 consolidado, e operações com arrendamentos das fazendas com terceiros no valor de R\$887 registrado tanto na controladora quanto no consolidado.

19. Empréstimos e financiamentos

			Contro	oladora	Consc	olidado
	Vencimento	Taxa anual de juros e encargos - %	2013	2012	2013	2012
Circulante						
Financiamento de Custeio Agrícola - BNB e Itaú Financiamento Projeto	dez-13	5,5 e 8,75	19.910	25.561	31.403	25.561
Cremaq e Jaborandi - BNB	out-13	5,50 a 7,23	3.325	6.982	7.845	10.941
Financiamento de Máquinas e		-,,				
Equipamentos - FINAME (a)	fev-14	4,50 a 8,70	2.164	2.657	2.164	2.694
Financiamento de Cana De açúcar - Itaú	mai-14	TJLP + 1,95 a 3,10	3.517	3.871	3.517	3.871
			28.916	39.071	44.929	43.067
Não circulante Financiamento Cana de açúcar- Itaú	mai-16	TJLP + 1,95 a 3,10	4.287	7.869	4.287	7.869
Financiamento de Máquinas e		, ,				
Equipamentos - FINAME Financiamento Projeto	fev-16	4,50 a 8,70	2.769	5.355	2.769	5.358
Cremag e Jaborandi - BNB	out-21	5,50 a 7,23	25.390	22.038	49.868	38.067
·		- · · · · ·	32.446	35.262	56.924	51.294
		_	61.362	74.333	101.853	94.361

⁽a) Em 2012 havia empréstimos em TJLP + 1.95 a 3.10. Em 2013 estes financiamentos foram pagos integralmente.

Referências:

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos (BNDES)

BNB - Banco do Nordeste

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os montantes a vencer por ano em 30 de junho de 2013 é como segue:

_	Controladora	Consolidado
1 ano	28.916	44.929
2 anos	11.735	16.282
3 anos	6.621	10.881
4 anos	3.205	7.357
5 anos	1.054	4.978
Acima de 5 anos	9.831	17.426
_	61.362	101.853

Em 30 de Junho de 2013, o saldo de juros provisionados referentes aos contratos de empréstimos e financiamentos somavam R\$914 e R\$805, classificados nos grupos de passivos circulante e não circulante, respectivamente.

Tanto o financiamento de abertura da fazenda Jatoba quanto os financiamentos de Custeio Agrícola, junto ao BNB têm como garantia a hipoteca da fazenda Jaborandi e o penhor avaliado em R\$35.424 sendo: 598.895 sacas de soja, 336.350 sacas de milho, 343.720 arrobas de algodão; todas produzidas na safra 2012/2013 na fazenda Jatobá (Jaborandi - BA) e o financiamento de abertura da fazenda Cremaq têm como garantia a hipoteca de áreas da própria fazenda.

Para os contratos FINAME foram oferecidas como garantia as máquinas e equipamentos objeto do financiamento. Todos estão sendo mantidos com alienação fiduciária até a liquidação final dos contratos.

Os financiamentos do BNB requerem a manutenção de depósitos num fundo de liquidez em conta remuneradas pelo CDI. Os saldos em 30 de junho de 2013 e 2012 estão divulgados na Nota 12.

Todos os financiamentos estão denominados em Reais e reúnem características próprias e condições definidas em contratos com bancos governamentais de desenvolvimento governamentais, que repassam direta ou indiretamente os mesmos. Em 30 de junho de 2013 e 2012 os financiamentos da Companhia não possuíam cláusulas restritivas financeiras, apenas operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas restritivas operacionais

Na data de apresentação das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2013, a Companhia não havia descumprido as cláusulas restritivas operacionais previstas no contrato de empréstimos.

Segue abaixo, as principais cláusulas afirmativas:

- Deixar de cumprir qualquer obrigação estabelecida nos instrumentos de crédito firmados com o BANCO;
- Suspender suas atividades por mais de trinta dias;
- Vier a ser declarado impedido, por normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito, inclusive como coobrigado;
- Deixar de reforçar as garantias dos créditos imediatamente após notificação do BANCO nesse sentido, se ocorrer qualquer fato que determine a diminuição ou depreciação de tais garantias;
- Pedir recuperação judicial, ou for decretada a sua falência, ou tiver contra si formulação de pedido de liquidação ou decretação de intervenção, bem como substituir qualquer membro componente de sua administração por outro que, a critério do BANCO, não seja recomendável para o cargo;
- Gravar, alienar, arrendar, ceder, transferir de qualquer forma em favor de terceiros, ou remover os bens lastreadores dos créditos, sob qualquer pretexto e para onde quer que seja;

Em 10 de outubro de 2012, a Companhia contratou junto ao Banco do Nordeste uma operação de crédito de financiamento para custeio da safra no montante de R\$13.856, sendo o primeiro valor liberado em 28 de janeiro de 2013 de R\$7.535 a uma taxa de juros de 7,23% e as demais liberações serão feitas de acordo com a apresentação dos gastos feitos no plantio.

Em 16 de outubro de 2012, a Jaborandi Ltda contratou junto ao Banco do Nordeste uma operação de crédito de financiamento para custeio da safra no montante de R\$17.715, sendo o primeiro valor liberado em 19 de fevereiro de 2013 de R\$11.211 a uma taxa de juros de 7,23% e as demais liberações serão feitas de acordo com a apresentação dos gastos feitos no plantio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cláusulas restritivas operacionais--Continuação

Em 18 de junho de 2013 foi liberado o valor de R\$9.062 referente à ultima parcela do financiamento de abertura da fazenda Jaborandi pelo Banco do Nordeste. Este financiamento foi contratdo em 14 de julho de 2009 com vencimento em 14 de julho de 2019. O valor total liberado foi de R\$26.342.

A Companhia contratou junto ao banco Itaú, uma carta de fiança no valor de R\$1.135 que é dada em garantia ao aluguel do escritório em São Paulo com vencimento em 31/07/2014.

Pagamentos de empréstimos e financiamentos

Em 31 de agosto de 2012, a Companhia realizou a quitação do contrato de financiamento obtido junto ao Governo Federal para custeio de safra no montante de R\$1.339. Em 30 de junho de 2013 a Companhia pagou R\$359 referente a financiamento de máquinas, R\$642 referente ao custeio de safra/cana, R\$1.471 referente ao financiamento de abertura da fazenda Jatoba e R\$3.343 referente ao da fazenda Cremaq.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado
Em 30 de junho de 2012	94.361
Captação	40.407
Pagamento do principal	(36.693)
Pagamento Juros	(3.097)
Atualização monetária	6.875
Em 30 de junho de 2013	101.853

20. Tributos a pagar

	Controladora		Consc	olidado
	2013	2012	2013	2012
ISS a recolher	109	99	141	118
Contribuições sociais retidas	126	578	131	610
IOF a recolher	-	761	-	761
ICMS a recolher	36	22	36	22
Funrural a recolher	388	241	417	281
Pis e Cofins a recolher	-	-	18	45
IRRF a recolher	7		8	
IRPJ e CSLL a recolher lucro presumido	-	=	1.555	1.265
Total circulante	666	1.701	2.306	3.102
IRPJ e CSLL a recolher lucro presumido	-	-	5.812	2.695
Total não circulante	-	-	5.812	2.695

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que se refiram à mesma autoridade fiscal e a mesma entidade jurídica.

O exercício fiscal para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social é o ano-calendário, que difere do exercício social da Companhia que finaliza em 30 de junho de cada ano.

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos no exercício findo em 30 de junho, sem levar em conta a compensação de saldos na mesma jurisdição fiscal é a seguinte:

	Contro	oladora	Cons	olidado
•	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Não corrente				
Prejuízos fiscais	25.858	13.861	36.655	20.296
Ativos biológicos	-	1.850	-	2.651
Derivativos, contingência e PDD	9.010	9.519	10.286	10.702
Diferença no valor de custo das fazendas	171	170	170	171
•	35.039	25.400	47.111	33.820
Passivo				
Não corrente				
Ativos biológicos	4.277	-	3.676	-
Derivativos	201	-	201	-
Provisão do valor residual dos ativos imobilizados	851	-	851	-
Depreciação acelerada de bens destinados à				
atividade rural	15.907	17.708	17.167	18.860
•	21.236	17.708	21.895	18.860
Saldo líquido	13.803	7.692	25.216	14.960

A movimentação líquida do imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 30 de junho de 2011 Prejuízo fiscal Depreciação acelerada Valor justo dos ativos biológicos	(4.575) 6.932 (76) 5.411	(1.454) 10.563 (292) 6.143
Em 30 de junho de 2012 Prejuízo fiscal Ajustes ativos biológicos e produtos agrícolas Derivativos, contingência , PDD e residual dos ativos imobilizados Provisão para realização de imposto diferido ativo (a) Depreciação acelerada	7.692 11.997 (6.127) (1.561)	14.960 18.932 (6.327) (4.042)
Em 30 de junho de 2013	13.803	25.216

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Tributos diferidos--Continuação

Período estimado de realização do ativo diferido:

	20	13
	Controladora	Consolidado
2014	9.304	10.641
2015	755	886
2016	675	1.264
2017	1.147	1.905
2018	2.339	3.718
2019 a 2023	20.819	28.697
	35.039	47.111

Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social sobre sobre prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis, são reconhecidos contabilmente, com base na extensão em que é provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições/exclusões das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis/tributáveis na apuração do lucro tributável, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social (em quantidade de ações)

	Número	de ações
-	2013	2012
Acionista		
Cresud S.A.C.I.F.Y.A.	23.160.450	21.153.015
Elie Horn	3.274.600	3.274.600
	26.435.050	24.427.615
Conselho de Administração	7.848.100	7.810.000
Diretoria	500	500
Administradores	7.848.600	7.810.500
Outros	24.138.750	26.184.285
Total ações do capital integralizado	58.422.400	58.422.400
Total de ações em circulação	24.138.750	26.184.285
Ações em circulação como percentual do total de ações(%)	41	45

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social (em quantidade de ações)--Continuação

Em 30 de junho de 2013, o capital social autorizado e integralizado da Companhia era de R\$584.224.

b) Bônus de subscrição

Em 15 de março de 2006, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 512.000 bônus de subscrição de ações, sendo 256.000 para a primeira emissão, e 256.000 para a segunda emissão, os quais foram entregues aos acionistas fundadores, na proporção de suas participações no capital social da Companhia na data da emissão dos bônus de subscrição. Cada uma das emissões dos bônus de subscrição confere aos titulares dos mesmos o direito à subscrição de ações de emissão da Companhia, no montante equivalente a 20% de seu capital social após o aumento decorrente do exercício integral dos bônus de subscrição de cada emissão.

Os bônus de subscrição da primeira emissão conferem aos seus titulares, a partir das datas em que se tornarem passíveis de exercício, o direito à subscrição de ações de emissão da Companhia mediante o pagamento do preço por ação praticado na oferta pública inicial, sujeito a determinadas regras de atualização e ajuste. Os bônus de subscrição da primeira emissão foram emitidos em três séries, que se diferenciam exclusivamente quanto à data em que tem início o direito de subscrever as ações por eles conferido.

Os bônus de subscrição da primeira emissão/primeira série poderão ser exercidos a partir do encerramento do 12º mês contado da data de sua emissão e têm como objeto um total de 85.336 bônus de subscrição. Os bônus de subscrição da primeira emissão/segunda série poderão ser exercidos a partir do encerramento do 24º mês contado da data de sua emissão e têm como objeto um total de 85.332 bônus de subscrição. Os bônus de subscrição da primeira emissão/terceira série poderão ser exercidos a partir do encerramento do 36º mês contado da data de sua emissão e têm como objeto um total de 85.332 bônus de subscrição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

b) Bônus de subscrição--Continuação

Excepcionalmente, os bônus de subscrição da primeira emissão poderão ser exercidos por seus titulares nas hipóteses de transferência do controle da Companhia ou aquisição de participação relevante, conforme definido nos termos do ato societário que deliberou a emissão dos bônus de subscrição. Cada conjunto de 1.000 bônus de subscrição da primeira emissão dá direito à subscrição de 1 (uma) ação de emissão da Companhia quando de sua atribuição (100 ações após o desdobramento aprovado em outubro de 2007).

Os bônus de subscrição da segunda emissão conferem aos seus titulares o direito de subscrever ações de emissão da Companhia por até 15 anos, contados da data de publicação do anúncio de encerramento da oferta publica inicial de ações e exclusivamente nas hipóteses de transferência do controle ou aquisição de participação acionária relevante na Companhia, conforme definido nos termos dos bônus de subscrição. Em tais hipóteses deverão ser apresentadas ofertas públicas de aquisição de todas as ações em circulação da Companhia. Para a subscrição de ações objeto dos bônus de subscrição da segunda emissão, os seus titulares estarão obrigados a pagar o mesmo preço por ação praticado nas referidas ofertas públicas de aquisição de ações da Companhia. Cada conjunto de 1.000 bônus de subscrição da segunda emissão dá direito à subscrição de 1 (uma) ação de emissão da Companhia quando de sua atribuição (100 ações após o desdobramento aprovado em outubro de 2007).

As quantidades de ações a serem subscritas conforme os bônus de subscrição serão ajustadas em caso de grupamento ou desdobramento de ações.

As informações detalhadas da primeira emissão desses bônus estão demonstradas no quadro abaixo:

	Primeira emissão			
Brasilagro	2013	2012	_	
Preço da ação - R\$	11,07	7,45		
Data de emissão (dia/mês/ano)	28/4/2006	28/4/2006		
Vencimento (dia/mês/ano)	27/4/2021	27/4/2021		
Preço de exercício no encerramento do exercício - R\$/ação	14,42	13,51		
Número de ações em circulação ("000 ações)	58.422	58.422		
Percentual de ações do capital passíveis de conversão				
(percentagem de capital novo) - %	20	20		
Passíveis de conversão no exercício ('000 ações) Quantidade dos bônus de subscrição em aberto ('000	14.606	14.606		
bônus)	256.000	256.000		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

b) Bônus de subscrição--Continuação

Os bônus de subscrição da segunda emissão em aberto em 30 de junho de 2013 e 2012 são 256.000 e não houve mudanças na quantidade de bônus em aberto nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012. Os bônus de subscrição da segunda emissão outorgam aos seus detentores o direito de integralizar ações da Companhia numa quantidade equivalente a 20% do capital social após o aumento no capital resultante do exercício completo dos bônus de subscrição da segunda emissão.

c) Bônus de subscrição da primeira emissão

Uma vez que os bônus de subscrição da primeira emissão são contabilizados pelo IFRS 2 e podem ser exercidos em sua totalidade desde 15 de março de 2009, o que precede a data de transição para o IFRS que é 1º de julho de 2009 e a Companhia não divulgou o valor justo dos bônus de subscrição na data de sua avaliação, os bônus de subscrição não são contabilizados nas demonstrações financeiras.

d) Bônus de subscrição da segunda emissão

A administração acredita que os bônus de subscrição da segunda emissão (que só podem ser exercidos se houver transferência do controle ou aquisição de participação relevante) não possuem valor justo significativo em nenhum dos períodos apresentados, porque o preço de exercício será igual ao preço por ação praticado nas ofertas públicas de aquisição de ações formuladas por conta obtenção do controle ou aquisição de participação relevante da Companhia.

e) Bônus de subscrição - Jaborandi S.A.

Conforme detalhado na Nota 2.2 em 22 de setembro de 2011, 1.105.900 bônus de subscrição existentes emitidos pela Jaborandi S.A., foram cancelados e 4.204.400 novos bônus de subscrição foram emitidos.

Como explicado na Nota 2.2, em 5 de dezembro de 2011, os 4.204.400 novos bônus de subscrição foram extintos devido ao não cumprimento pelo Grupo Maeda e, portanto, não existe mais bônus de subscrição da Jaborandi S.A. em 30 de junho de 2012.

A tabela a seguir apresenta os principais termos dos antigos bônus de subscrição que foram emitidos e estavam em circulação em 30 de junho de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

f) Plano de opção de compra de ações - stock option

As informações sobre o programa de opção de compra de ações e emissão de novas outorgas estão descritos na Nota 26.

g) Reserva legal e de retenção de lucros e dividendos

Nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia apurado ao final de cada exercício social, será, obrigatoriamente e antes de qualquer outra destinação, aplicado para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo da reserva, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o inciso 1º, do artigo 182, da Lei 6.404/76, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Nos termos do artigo 36, alínea (b), do Estatuto Social e artigo 202 da Lei 6.404/76, a Companhia deverá destinar ao final de cada exercício social, parcela necessária ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.

Conforme artigo 36, alínea (c), do Estatuto Social e artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia poderá destinar a parcela remanescente do lucro líquido ajustado do exercício social findo, à reserva para investimento e expansão.

O saldo das reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar o valor do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

h) Dividendos

Nos termos do artigo 36, do Estatuto Social da Companhia, o lucro apurado no exercício social findo em 30 de junho de 2013, terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados à constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, após a dedução objeto da letra (a) retro, serão destinados ao pagamento de dividendos obrigatórios e (iii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, após a dedução objeto da letra (b) retro, serão destinados à reserva de para investimento e expansão.

A absorção do prejuízo do exercício social 2012 pelas reserva de lucros, reserva legal e reserva de capital, está demonstrada a seguir:

	2013
Lucro liquido do exercício	28.727
Compensação dos prejuízos acumulados de 2012	(20.470)
Lucro acumulado ao final do exercício de 2013	8.257
Constituição de reservas	
Legal	(413)
Reinvestimento e expansão	(1.961)
Lucro disponível	5.883
Dividendos propostos pela administração	5.883
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	1.961
Dividendos propostos em excesso ao mínimo obrigatório	3.922

Os dividendos propostos pela administração representam um dividendo equivalente R\$0,101 por ação ordinária.

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2013 como "dividendos a pagar", e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de dividendos em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio liquido.

i) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao ágio no montante de R\$4.653 e R\$1.132 oriundos da compra de participação de investimentos nas empresas controladas Jaborandi S.A. e Jaborandi Ltda, conforme mencionado na nota explicativa 14, registrado no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

23. Informações por segmento de negócios

As informações sobre segmentos são baseadas em informações utilizadas pela administração da Brasilagro para avaliar a performance dos segmentos operacionais e tomar as decisões relacionadas à aplicação dos recursos financeiros. A Companhia apresenta três segmentos: (i) grãos, (ii) cana-de-açúcar e (iii) imobiliário. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados somente no Brasil.

O segmento Grãos tem como atividade principal a produção e a comercialização dos seguintes produtos: soja, milho, arroz, algodão e sorgo.

O segmento cana-de-açúcar inclui a comercialização do produto in natura.

O segmento Imobiliário apresenta o resultado proveniente das operações com propriedades ocorridas nas subsidiárias da Companhia.

A seguir as informações selecionadas de resultado e de ativos por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Informações por segmento de negócios--Continuação

					Conso	lidado					
2013							2012				
Total	Imohiliária				Não alocado	Total					Não alocado
rotai	iiiobiiiaiia	Giaos	Garia	Outros	Nao alocado	Total	illobiliaria	Giaos	Cana	Outros	Nao alocado
185.647	.	123.237	61.022	1.388	-	146.218	-	105.874	40.183	161	-
54.815	54.815	-	-	-	-	12.987	12.987	-	-	-	
2.289	-	(22.681)	25.060	(90)		(417)	-	(3.106)	2.689	-	-
4.050		4.050				, ,					
	- :		(61 157)	(4 085)	:		-			- (1 327)	-
(170.040)		(100.401)	(01.101)	(4.000)		(130.441)		(97.970)	(37.130)	(1.327)	
73.767	54.815	(3.186)	24.925	(2.787)	-	19.678	12.987	2.369	5.488	(1.166)	-
(14.028)	(4.294)	(9.790)	(68)	124	-	(4.015)	(392)	(3.623)	-	-	-
(29.233)	-	-	-	-	(29.233)	(28.892)	-	-	-	-	(28.892)
	-	-	-	-			-	-	-	-	10
26.967	50.521	(12.976)	24.857	(2.663)	(32.772)	(13.219)	12.595	(1.254)	5.488	(1.166)	(28.882)
38.000	148	14.656	-	-	23.196	38.073	428	-	-	-	37.645
(38.591)	(17)	(19.856)	-	-	(18.718)	(44.299)	(97)	(16.639)	-	-	(27.563)
26.376	50.652	(18.176)	24.857	(2.663)	(28.294)	(19.445)	12.926	(17.893)	5.488	(1.166)	(18.800)
2.351	(3.967)	6.180	(8.451)	905	7.684	12.845	(4.395)	6.084	(1.866)	397	12.625
28.727	46.685	(11.996)	16.406	(1.758)	(20.610)	(6.600)	8.531	(11.809)	3.622	(769)	(6.175)
00.707	40.005	(44.000)	40.400	(4.750)	(00.040)	(0.000)	40.400	(44.000)	0.000	(700)	(0.475)
28.727	46.685	(11.996)	16.406	(1./58)	(20.610)	(6.600)	12.122	(11.809)	3.622	(769)	(6.175)
		2013						2012			
770.830	472.838	112.974	47.930	_	137.088	735,762	402.037	78.604	37.376	_	217.745
183.845	43.650	-	-	-	140.195	176.794	40.858	-	-	-	135.936
	54.815 2.289 1.659 (170.643) 73.767 (14.028) (29.233) (3.539) 26.967 38.000 (38.591) 26.376 2.351 28.727 770.830	185.647 - 54.815 2.289 - 1.659 - (170.643) - 73.767 54.815 (14.028) (4.294) (29.233) - (3.539) - 26.967 50.521 38.000	Total Imobiliária Grãos 185.647 - 123.237 54.815 54.815 - 2.289 - (22.681) 1.659 - 1.659 (170.643) - (105.401) 73.767 54.815 (3.186) (14.028) (4.294) (9.790) (29.233) (3.539) 26.967 50.521 (12.976) 38.000 148 14.656 (38.591) (17) (19.856) 26.376 50.652 (18.176) 2.351 (3.967) 6.180 28.727 46.685 (11.996) 2013 770.830 472.838 112.974	Total Imobiliária Grãos Cana 185.647 - 123.237 61.022 54.815 54.815 - - 2.289 - (22.681) 25.060 1.659 - 1.659 - (170.643) - (105.401) (61.157) 73.767 54.815 (3.186) 24.925 (14.028) (4.294) (9.790) (68) (29.233) - - - (3.539) - - - 26.967 50.521 (12.976) 24.857 38.000 148 14.656 - (38.591) (17) (19.856) - 26.376 50.652 (18.176) 24.857 2.351 (3.967) 6.180 (8.451) 28.727 46.685 (11.996) 16.406 28.727 46.685 (11.996) 16.406 2013 770.830 472.838 112.974 47.9	Total Imobiliária Grãos Cana Outros 185.647 - 123.237 61.022 1.388 54.815 - - - - 2.289 - (22.681) 25.060 (90) 1.659 - 1.659 - - (170.643) - (105.401) (61.157) (4.085) 73.767 54.815 (3.186) 24.925 (2.787) (14.028) (4.294) (9.790) (68) 124 (29.233) - - - - (3.539) - - - - 26.967 50.521 (12.976) 24.857 (2.663) 38.000 148 14.656 - - - 26.376 50.652 (18.176) 24.857 (2.663) 2351 (3.967) 6.180 (8.451) 905 28.727 46.685 (11.996) 16.406 (1.758) 2013<	Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado 185.647	Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total 185.647 - 123.237 61.022 1.388 - 146.218 54.815 54.815 - - - - - - 12.987 2.289 - (22.681) 25.060 (90) (417) (417) (41.659 - - - - (2.663) (170.643) - (105.401) (61.157) (4.085) - (136.447) 73.767 54.815 (3.186) 24.925 (2.787) - 19.678 (14.028) (4.294) (9.790) (68) 124 - (4.015) (29.233) - - - - (29.233) (28.892) (3.539) - - - - (3.539) 10 26.967 50.521 (12.976) 24.857 (2.663) (32.772) (13.219) 38.000 148 14.656 - <td> Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total Imobiliária 185.647 - 123.237 61.022 1.388 - 146.218 - 12.987 1</td> <td> Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total Imobiliária Grãos 185.647 - 123.237 61.022 1.388 - 146.218 - 105.874 </td> <td> Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total Imobiliária Grãos Cana Cana </td> <td> Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total Imobiliária Grãos Cana Outros </td>	Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total Imobiliária 185.647 - 123.237 61.022 1.388 - 146.218 - 12.987 1	Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total Imobiliária Grãos 185.647 - 123.237 61.022 1.388 - 146.218 - 105.874	Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total Imobiliária Grãos Cana Cana	Total Imobiliária Grãos Cana Outros Não alocado Total Imobiliária Grãos Cana Outros

As contas patrimoniais estão representadas pelas contas "Clientes", "Ativos biológicos", "Estoque de produtos agrícolas" e "Propriedades para investimento".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receitas

Contro	ladora	Consol	idado
2013	2012	2013	2012
108.188	97.424	128.941	112.408
62.583	41.260	62.583	41.260
601	247	1.261	513
1.119	330	1.253	359
172.491	139.261	194.038	154.540
(6.976)	(6.425)	(8.391)	(8.322)
(6.976)	(6.425)	(8.391)	(8.322)
165.515	132.836	185.647	146.218
	2013 108.188 62.583 601 1.119 172.491 (6.976) (6.976)	2013 2012 108.188 97.424 62.583 41.260 601 247 1.119 330 172.491 139.261 (6.976) (6.425) (6.976) (6.425)	108.188 97.424 128.941 62.583 41.260 62.583 601 247 1.261 1.119 330 1.253 172.491 139.261 194.038 (6.976) (6.425) (8.391) (6.976) (6.425) (8.391)

25. Despesas por natureza

_		Contr	oladora			Consolidado				
_	Custo dos produtos vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos produtos vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total		
Depreciação e amortização	23.744	-	1.127	24.871	26.271	-	1.127	27.398		
Despesa com pessoal	4.550	-	15.731	20.281	5.392	-	15.832	21.224		
Despesa com prestação de serviços Arrendamento e aluqueis	23.056	-	5.004	28.060	26.235	-	5.328	31.563		
em geral Custo dos produtos	10.895	-	-	10.895	303	-	-	303		
agrícolas	60.559	-	-	60.559	76.367	-	-	76.367		
Frete e armazenagem Provisão devedores	-	2.238	-	2.238	-	3.063	-	3.063		
duvidosos	-	952	-	952	-	952	-	952		
Manutenção, despesas com										
viagem e outras	1.390	-	4.539	5.929	1.879	-	6.605	8.484		
Em 30 de junho de 2012	124.194	3.190	26.401	153.785	136.447	4.015	28.892	169.354		

_		Contr	oladora			Consolidado			
_	Custo dos produtos vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos produtos vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	
Depreciação e amortização	23.264	<u>=</u>	1.295	24.559	26.702	<u>=</u>	1.295	27.997	
Despesa com pessoal	6.639	-	17.806	24.445	7.652	-	17.971	25.623	
Despesa com prestação de									
serviços	43.901	-	5.044	48.945	50.441	-	5.436	55.877	
Arrendamento e alugueis									
em geral	12.510	-	648	13.158	-	-	648	648	
Custo dos produtos									
agrícolas	63.305	-	-	63.305	82.227	-	-	82.227	
Frete e armazenagem	-	7.448	-	7.448	-	8.888	-	8.888	
Provisão devedores									
duvidosos	-	490	-	490	-	846	-	846	
Venda de fazenda -									
comissão	-	-	-	-	-	4.294	-	4.294	
Manutenção, despesas com									
viagem e outras		-	3.204	6.405	3.621	-	3.883	7.504	
Em 30 de junho de 2013	152.820	7.938	27.997	188.755	170.643	14.028	29.233	213.904	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Remuneração da Administração

As despesas com remuneração com Administração foram registradas na rubrica de "Despesas gerais e administrativas" e são compostas como seque.

	Consolidado	
	2013	2012
Remuneração do conselho e diretoria executiva	3.435	3.267
Gratificações	4.782	4.282
Remuneração global	8.217	7.549
Outorga de ações	1.249	1.139
- -	9.466	8.688

A remuneração global dos administradores e Conselho da Administração da Companhia, para o exercício a findar-se em 30 de junho de 2013 no valor de R\$8.250, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de outubro de 2012.

Plano de opção de compra de ações - stock options

Em 11 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a criação do Programa de Outorga de Opções autorizando a diretoria da Companhia a outorgar opções de compra de ações aos beneficiários eleitos nessa ocasião. No Programa foram estabelecidos os beneficiários, o número de ações que cada um deles poderá adquirir no exercício das opções, o preço de exercício por ação a ser pago em dinheiro pelos beneficiários, e as condições das opções. Cada opção dá o direito ao beneficiário, quando exercida, a comprar uma ação de emissão da Companhia pelo preço de exercício estabelecido no Programa. Os Programas compreendem cinco beneficiários e outorga 370.007 opções a um preço de exercício de R\$8,97 por ação e podem ser exercidas na sua totalidade a partir de 12 de agosto de 2012 (data de vesting), respectivamente; tendo validade por 5 anos a partir da data de outorga.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Remuneração da Administração--Continuação

Plano de opção de compra de ações - stock options--Continuação

Em 04 de setembro de 2012 o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opções de compra de ações aos beneficiários eleitos na primeira opção. Os Programas compreendem cinco beneficiários e outorga 315.479 opções a um preço de exercício de R\$8,52 por ação e podem ser exercidas na sua totalidade a partir de 04 de setembro de 2014 (data de vesting), respectivamente; tendo validade por 5 anos a partir da data de outorga.

As opções de ações a serem outorgadas segundo o Plano poderão conferir direitos sobre um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 2% das ações de emissão da Companhia, respeitando o preço mínimo da média da cotação das ações da Companhia nos pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), ponderada pelo volume de negociação durante os 30 últimos pregões anteriores ao da outorga da opção.

Em 30 de junho de 2013 não havia qualquer opcão exercida ou cancelada.

As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização é como segue:

	Primeira outorga	Segunda outorga	Terceira outorga
Data de emissão	11/08/2010	03/7/2012	04/09/2012
Preço de exercício (R\$/ação)	8,97	8,25	8,52
Preço no mercado acionário na data da outorga			
(R\$/ação)	9,60	7,69	8,50
Preço de mercado da ação no final do exercício	11,07	11,07	11,07
Taxa de juros, isenta de riscos %	11,36	9,37	9,12
Tempo contratual de exercício	5 anos	5 anos	5 anos
Rendimento esperado do dividendo %	1,00	0,50	0,50
Volatilidade das ações no Mercado %	67,48	41,62	40,50
Quantidade de opções em aberto	370.007	315.479	315.479
Quantidade de opções a exercer	370.007	315.479	315.479
Valor justo estimado na data da outorga (R\$/ação)	6,16	3,60	4,08

No exercício findo em 30 de junho de 2013 a Companhia reconheceu o montante de R\$1.251 (R\$1.138 em 30 de junho de 2012) registrados na rubrica despesas administrativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consoli	dado
	2013	2012	2013	2012
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	6.491	11.389	5.598	12.686
Juros ativos	1.417	1.756	11.029	1.812
Variações monetárias	-	681	-	1.939
Variações cambiais	4.704	1.400	5.116	2.961
Realização do valor presente sobre o saldo de contas a				
receber pela venda de fazendas	-	-	214	6.682
Resultado realizado de operações com derivativos	-	2.119	-	3.777
Resultado não realizado de operações com derivativos	18.051	8.216	16.043	8.216
	30.663	25.561	38.000	38.073
Despesas Financeiras				
Despesas bancárias	(558)	(504)	(1.083)	(506)
Juros passivos	(8.222)	(5.860)	(8.456)	(7.461)
Variações monetárias	(2.539)	-	(1.545)	(2.204)
Variações cambiais	-	(811)	(3.121)	(2.827)
Realização do valor presente sobre o saldo de contas a				
receber pela venda de fazendas	-	-	(3.380)	-
Resultado realizado de operações com derivativos	(16.946)	(5.380)	(16.622)	(10.329)
Resultado não realizado de operações com derivativos	(7.492)	(25.226)	(4.384)	(20.972)
	(35.757)	(37.781)	(38.591)	(44.299)
Resultado Financeiro	(5.094)	(12.220)	(591)	(6.226)

28. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Conso	idado
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da	23.164	(17.839)	26.376	(19.445)
contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
·	(7.876)	6.065	(8.968)	6.611
Equivalência patrimonial	16.864	7.124	_	-
Bônus da Administração	(1.474)	(534)	(1.474)	(534)
Efeito líquido de controladas tributadas com base no lucro presumido (*)			14.702	6.969
Estorno de bônus da administração permanente – 2011	(1.000)	_	(1.000)	0.909
Crédito de imposto de renda não homologado	(547)	_	(547)	_
Outras	(404)	(388)	(362)	(201)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	5.563	12.267	2.351	12.845
Corrente	(548)	-	(7.905)	(1.841)
Diferido	6.111	12.267	10.256	14.686
<u>-</u>	5.563	12.267	2.351	12.845
Alíquota efetiva	24%	-69%	9%	-66%

^(*) Algumas de nossas subsídiarias têm seu imposto de renda medido no "regime fiscal presumido", pelo qual o imposto de renda é determinado em uma base simplificada para calcular a renda tributável (32% para receitas de arrendamento, 8% para venda de fazenda e 100% para outros rendimentos). Portanto o resultado tributável de tais subsidiárias é tributado a uma taxa menor que a taxa aplicável ao lucro real.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Lucro (prejuízo) por ação

a) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas Efeito da diluição - ações Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas ajustado pelo efeito da diluição Lucro básico por ação Lucro diluído por ação

Consolidado			
2013	2012		
28.727	(5.572)		
58.422	58.422		
23	-		
58.445	58.422		
0,4917	(0,0954)		
0,4915	(0,0954)		

b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado pelo ajuste do número médio ponderado de ações ordinárias em circulação para assumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias diluídas. A Companhia tem duas categorias de potenciais ações ordinárias diluídas: bônus de subscrição e opções de compra de ações.

Bônus de subscrição emitidos pela Brasilagro - para fins de cálculo do lucro diluído por ação é assumido que os bônus de subscrição (tanto da primeira quanto da segunda parcela) foram convertidos em ações ordinárias. Um cálculo é feito para determinar o número de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo com os proventos do preço de exercício dos bônus de subscrição. O número de ações calculado conforme descrito acima é comparado com o número de ações emitidas assumindo o exercício dos bônus de subscrição. No caso dos bônus de subscrição da segunda parcela considera-se que a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas com os proventos do preço de exercício seja igual à quantidade de ações passíveis de emissão no exercício dos bônus de subscrição, não resultando em nenhum aumento de ações para fins do cálculo do lucro diluído por ação.

Opções de compra de ações - não são feitos ajustes ao lucro líquido (prejuízo). Um cálculo é feito para determinar o número de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo com os proventos do preço de exercício das opções. Os proventos incluem preço de exercício a ser pago e o montante de remuneração baseada em ações não reconhecida. O número de ações calculado conforme descrito acima é comparado com o número de ações emitidas assumindo o exercício das opções de compra de ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Lucro (prejuízo) por ação--Continuação

b) Diluído--Continuação

Em 30 de junho de 2013, havia 947.509 (370.007 em 30 de junho de 2012) opções de compra de ações em circulação, referente ao Programa de Outorga de Opções 1, 2 e 3, e 25.600 bônus de subscrição (Nota 22.b). Apenas o Programa de Outorga de Opções 1 teve efeito diluítivo de 23.384 ações, os demais foram antidiluitivos. Em 30 de junho de 2012, havia apenas o Programa de Outorga de Opções 1 que era antidiluitivo.

Consequentemente, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação para os exercícios apresentados.

30. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, ambientais e fiscais e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Em 30 de junho de 2013, a Companhia mantinha uma provisão de R\$4.715 (R\$4.802 nas demonstrações financeiras consolidadas) correspondente a processos cujo risco de perda foi considerado provável, como abaixo resumido:

	Traba	lhista	Ambi	ental	Fis	cal
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldos em 30 de junho de 2012	1.087	1.183	=	-	=	-
Adições	105	105	3.213	3.213	1.813	1.813
Atualizações monetárias	88	96	781	781	-	-
Reversão/pagamentos	(774)	(791)	(1.598)	(1.598)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2013	506	593	2.396	2.396	1.813	1.813

Em 30 de junho de 2013, a provisão para demandas ambientais no montante de R\$2.396, refere-se à impugnação ao auto de infração IBAMA por infringência das normas de proteção em área de preservação permanente e teve sua classificação de risco alterada de possível para provável, tendo em vista a decisão, em primeira instância administrativa, que manteve a autuação. Desta forma, a Companhia registrou a provisão para demandas ambientais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Adicionalmente, a Companhia apresenta processos de natureza cível, fiscal, trabalhista e ambiental, cujo risco de perda é considerado possível, segundo classificação de consultores legais externos. A Administração não julgou necessária a constituição de qualquer provisão para tais processos, como segue:

	Controladora		Conso	lidado
_	2013	2012	2013	2012
Processos cíveis	3.158	6.382	6.552	6.382
Processos fiscais	12.871	9.900	12.871	9.900
Processos trabalhistas	333	1.001	665	1.001
Processos ambientais	-	3.907	-	3.907
_	16.362	21.190	20.088	21.190

(i) Processos cíveis

Em 30 de junho de 2013, o montante de R\$6.552 (R\$6.382 em 30 de junho de 2012) refere-se, principalmente, à processos cujo o mérito refere-se à: (i) declaração de nulidade de confissão de dívida em razão da compra e venda de arroz, no valor de R\$1.011, (ii) Sustação de protesto de nota promissória dada em garantia por ocasião da confissão de dívida advinda de contrato de compra e venda de arroz, no valor de R\$1.016, (iii) ação de execução de título extrajudicial por honorários advocatícios previstos em Instrumento Particular de Parceria Rural, no valor de R\$127, (iv) indenização pelos danos morais e materiais, no valor de R\$1.004 e (v) anulação de atos praticados pelas partes e pela Imobiliária Cajueiro Ltda, objetivando uma área de terras que no passado foi de propriedade dos autores, no valor de R\$3.394.

De acordo com a lei civil, o infrator é estritamente responsável por qualquer dano ambiental e sujeita a um padrão objetivo de cuidado, o que gera a responsabilidade, independentemente de negligência por parte do ofensor. Consequentemente, a Companhia é solidariamente responsável com terceiros a prestação de serviços para a Companhia, na medida em suas atividades causam danos ambientais. A regulamentação ambiental também permite que o regulador para recuperar os danos da entidade controladora através da cadeia de titularidade de ações, se o infrator direto é incapaz de pagar os danos relacionados.

(ii) Processos fiscais

Em 30 de junho de 2013, o montante de R\$12.871 (R\$9.900 em 30 de junho de 2012) refere-se, principalmente, à processos cujo o mérito refere-se à: (i) manifestação de inconformidade apresentada pela Brasilagro, na qual se objetiva

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Provisão para demandas judiciais--Continuação

a reforma do despacho decisório que não reconheceu o direito creditório pleiteado pela Companhia e, por esse motivo, não homologou as compensações de imposto de renda declaradas no valor de R\$10.422 e (ii) à manifestação de inconformidade que objetiva a reforma do despacho decisório que homologou parcialmente o crédito de saldo negativo de imposto de renda e, em consequência, não homologou algumas compensações de imposto de renda realizadas pela Companhia no valor de R\$2.354.

(iii) Processos trabalhistas

Em 30 de junho de 2013, o montante de R\$664 (R\$1.001 em 30 de junho de 2012) referente a reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros, reclamando, principalmente, verbas indenizatórias e o reconhecimento de vínculos empregatícios.

(iv) Licenças Ambientais

O licenciamento ambiental é necessário para as atividades que utilizam recursos ambientais que são consideradas potencialmente poluidoras, ou que possam de alguma forma causar degradação ambiental. Alguns estados brasileiros exigem licenças para atividades agrícolas e animais de fundos.

O procedimento de licenciamento ambiental inclui " antes ", "instalação" e " licenças de operação " . A licença " antes " é concedido durante a fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade a autorizar a sua localização e concepção e atestando sua viabilidade ambiental. Uma licença de " instalação " autoriza a instalação de um empreendimento ou atividade de acordo com as especificações indicadas em planos aprovados , programas e projetos . Uma licença "operacional" autoriza uma atividade ou empreendimento a operar após as condições estabelecidas nas licenças " anteriores " são cumpridos e verificados, com medidas de proteção ambiental e certas condições para as operações . Esta última licença deve ser renovada no final do seu período de validade , que é determinada pelo órgão ambiental competente , dependendo da atividade a ser desenvolvida.

A Companhia está em processo de obtenção de licenças para duas de suas propriedades, Alto Taquari e Nova Buriti, ea gerência não consegue estimar a quantidade de tempo que vai demorar para obter essas licenças.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Provisão para demandas judiciais--Continuação

A Parceria I fazenda está dividida em duas áreas situadas em diferentes jurisdições , São Francisco e Regalito . Para a área localizada em São Francisco, a Companhia já obteve a licença ambiental, que está sendo renovado , e Gestão da Companhia incapaz de estimar a quantidade de tempo que vai demorar para obter tal renovação. Para a área localizada no Regalito , a Companhia está em processo de obtenção da respectiva licença e neste momento não são capazes de estimar a quantidade de tempo que vai demorar a fazê-lo .

31. Compromissos

a) Contrato de fornecimento de Grãos

O preço de venda da soja pode ser fixado pela Companhia para o Volume total ou parcial até a entrega. O preço, quando fixado, é determinado seguindo uma formula contratual baseada na cotação da soja na Chicago Board of Trade (CBOT). O preço fixado em dólares estadunidenses é liquidado no final do período do compromisso em reais considerando taxas de câmbio definidas contratualmente alguns dias antes da data de liquidação financeira.

Os termos dos contratos sujeitam a Companhia a pagamento de multa em caso de não entrega dos volumes comprometidos.

Em 30 de junho de 2013 existem compromissos firmados por 188.280 sacas de soja e 30 de junho de 2012 esses compromissos foram de 86.110 sacas de soja.

O milho é vendido em forma pulverizada e o preço e determinado em reais no momento da venda. Em 30 de junho de 2013, existem compromissos firmados para entrega de 78.714 sacas de milho e não havia em 30 de junho de 2012 compromissos para milho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Compromissos (continuação)

b) Contratos de fornecimento de cana-de-açúcar entre Brasilagro e ETH Bioenergia

Em marco de 2008, a Companhia dois contratos para o fornecimento exclusivo à ETH Bioenergia da totalidade da nossa produção de cana ao longo de dois ciclos de cultivo completo (para a cana , um ciclo de cultivo completo consiste de seis anos e cinco safras agrícolas, renováveis mediante o acordo do partes. um dos contratos se refere à nossa cultura de uma área de aproximadamente 5.718 hectares em nossa fazenda Araucária eo segundo a cerca de 3.669 hectares na nossa fazenda Alto Taguari . o preco por tonelada, para o objectivo destes acordos, é determinado com base açúcar (ATR) preço total recuperável por tonelada de cana efetivamente entregue, com ATR correspondente à quantidade de acúcar disponível na matéria-prima, menos teor de acúcar perdido durante o processo de produção, multiplicado pelos precos do acúcar e do etanol vendido pelas usinas regionais de mercado no mercado interno e externo, em cada caso, conforme determinado pelo Conselho São Paulo de Cana, Açúcar e Álcool Produtores (Conselho de Produtores de Cana, acúcar e Álcool de São Paulo). ou Consecana. Para o exercício findo em 30 de junho de 2013, as vendas de nossa produção de cana para a ETH Bioenergia foi de R \$ 61,0 milhões. representando 32,9% da nossa receita total. a finalidade dos contratos não é o de garantir um preco mais favorável do que o preco de mercado, uma vez que espera-se que o preço do ATR, conforme determinado pelo CONSECANA será geralmente equivalente ao preço de mercado, mas sim para garantir a venda da nossa produção de cana no longo prazo.

	Consolidado		
	2013	2012	-
Fornecimento exclusivo de cana de açúcar à empresa ETH	62.583	41.260	_

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Compromissos--Continuação

b) <u>Contratos de fornecimento de cana-de-açúcar entre Brasilagro e ETH Bioenergia-</u> -Continuação

Conforme contrato firmado no ano de 2008 entre a Companhia e a empresa ETH Bioenergia, referente ao fornecimento exclusivo de cana de açúcar, o quadro acima demonstra os valores correspondentes a 1.047.791 toneladas de cana entregues até 30 de junho de 2013 e 636.335 toneladas de cana entregues até 30 de junho de 2012. O preço da tonelada da cana de açúcar entregue foi calculado com base no Açúcar Total Recuperável (ATR) apurados nas datas de venda. Há um saldo futuro a entregar de cana, cujas estimativas de quantidade e valores são de difícil determinação considerando os cenários de oscilação de valores de mercado e produtividade da colheita.

c) Contrato de arrendamento

	Consolidado		
_	2013	2012	
Contrato de arrendamento	1.166	1.189	

Em 13 de julho de 2011 e 15 de setembro 2011 a Companhia celebrou dois acordos para arrendar fazendas (Parceria I) localizada no município de Jaborandi, no estado da Bahia. As áreas são utilizadas para plantação de soja, algodão, milho e culturas similares, bem como para plantar outros cultivos, não podendo exceder a duração do contrato. Os acordos também definem: (a) o direito à preferência em relação à renovação do arrendamento e (b) o direito de preferência para a compra das fazendas.

Estes contratos de arrendamento atendem à definição de leasing operacional, devido ao cálculo do valor do arrendamento ser feito com base na cotação da soja no dia anterior ao vencimento multiplicado à quantidade de sacas estipuladas em contrato, caracterizando a variabilidade no valor do arrendamento. Ainda há um saldo de arrendamento a pagar no valor de R\$525.

O contrato de arrendamento operacional total a ser pago a longo prazo de acordo com esses contratos, corresponde a 123.583 sacas de soja, sendo R\$2.107 em até um ano e R\$5.083 entre um e cinco anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como, as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações entre partes relacionadas, decorreram de transações com a Companhia e suas controladas as quais foram realizadas em condições e prazo definido entre as partes, considerando os respectivos tipos de operações, como segue:

	Contro	oladora	Conso	lidado
	2013	2012	2013	2012
Ativo circulante	-			
Contas a receber - aluguéis e				
compartilhamento a receber (a)	43	72	-	-
Redução de capital (b)	5.800	-	-	-
Dividendos a receber (c)	635	21.944	-	-
Venda de ativo imobilizado (d)	4.753	-	-	-
Abertura de área (e)	2.152	-	-	-
Cresud (f)	347	-	-	-
Investimentos ambientais (g)	111	-	347	-
Outros	23	-	-	-
	13.864	22.016	347	-
Passivo circulante - fornecedores				
Arrendamentos a pagar (h)	10.891	10.625	-	_
Cresud (f)	183	-	183	
Outros	393	_	-	_
	11.467	10.625	183	_

	Controladora	
	2013	2012
Resultado		
Arrendamentos		
Imobiliária Cremaq (h)	(2.899)	(3.438)
Imobiliária Araucária (h)	(2.622)	(2.688)
Imobiliária Cajueiro (h)	(3.064)	(1.323)
Imobiliária Mogno (h)	(1.697)	(1.397)
Imobiliária Ceibo (h)	2.206	(1.581)
	(8.076)	(10.427)
Compartilhamentos		
Jaborandi Ltda (a)	223	223
Jaborandi S/A (a)	37	37
Imobiliária Cremaq (a)	37	37
Imobiliária Engenho (a)	37	37
Imobiliária Araucária (a)	37	37
Imobiliária Mogno (a)	37	40
Imobiliária Cajueiro (a)	37	37
Imobiliária Ceibo (a)	37	37
Imobiliária Flamboyant (a)	37	37
	519	522
Receita com venda de imobilizado - Horizontina (e)	10.388	-
	2.831	(9.905)

⁽a) Contratos de compartilhamento de estrutura física - a Companhia compartilha um espaço físico e presta serviços financeiros e contábeis para as imobiliárias e a Jaborandi Ltda. cobrando valores de aluguel e de serviços prestados acordados entre as partes;

⁽b) Saldo a receber no valor de R\$5.800 da imobiliária Engenho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (c) Dividendos a receber da imobiliária Jaborandi S.A. no valor de R\$635;
- (d) Venda do ativo imobilizado referente a venda da fazenda Cremaq. A imobiliária deverá ressarcir a Brasilagro no valor dos investimentos realizados em ativo fixo na fazenda antes do término do contrato de arrendamento:
- (e) Abertura de área referente a venda da fazenda Horizontina. No contrato de venda a Brasilagro ficou responsável pela abertura de 1.300 hectares até a entrega da fazenda, e será reembolsado pela imobiliária Ceibo.
- (f) Despesas e receitas referente Due Dilligence de novas aquisições (Cresud);
- (g) Valor referente a investimento ambiental nas fazendas: Araucária, Chaparral e Preferência; e
- (h) Contratos de arrendamento as imobiliárias possuem contratos de arrendamento com a Companhia, utilizando como premissas para atualização o preco da soja cotado em mercado ativo.

33. Seguros

A Companhia e suas controladas mantém seguros (i) de responsabilidade civil com cobertura para todos os funcionários ativados em suas fazendas,(ii) sobre veículos e maquinários, (iii) de vida, à todos os funcionários, bem como (iv) o seguro "D&O" (Diretores e Ofícios), para seus diretores e demais membros da administração da Companhia. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A Companhia avaliou o risco dos prédios e instalações das fazendas de propriedade do Grupo, assim como de seus estoques e ativos biológicos e concluiu não haver necessidade de seguros de outras naturezas em função da baixa probabilidade de riscos.

Segue abaixo quadro demonstrativo das responsabilidades cobertas por seguros e os respectivos montantes em 30 de junho de 2013:

Modalidade seguro	Cobertura R\$ mil
Veículos	1.714
Responsabilidade Civil (D&O)	30.000
Responsabilidade Civil, Profissional e Geral	5.000
Maquinário	5.988
Incêndios e danos em benfeitorias	1.540

As premissas adotadas para a contratação de seguros, dada a sua natureza, não fazem parte por escopo de auditoria das demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.